



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 3º BIMESTRE | 2011

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO- GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

Guilherme Vasconcelos Severino

José Elias do Nascimento Neto

Larissa Silva Carvalho

Laura Beraldo Amaral

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	9
EXECUTIVE SUMMARY	13
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	17
II. Resultados Fiscais	19
II.1 Resultado Orçamentário Total	19
II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	20
II.3 Resultado Primário	21
III. Receita Estadual	22
III.1 Receitas Correntes	22
III.1.1 Receita Tributária	23
BOX 01 – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO RIOPREVIDÊNCIA.....	25
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	27
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	28
III.1.3 Receita de Transferências	30
III.1.3.1. Transferências da União	30
III.1.4 Demais Receitas Correntes	32
III.2 Receitas de Capital	33
BOX 02 – PANORAMA ECONOMICO DO ESTADO.....	34
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	36
IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa	36
IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS	1
BOX 03 – Evolução das Despesas com Educação a cargo da SEEDUC.....	Erro! Indicador não definido.
BOX 04– Aplicação de Recursos na área da Saúde.....	51
BOX 05 – Evolução das Despesas com Aluguel Social e Indenizações	53
V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	55
V.1 Cota Financeira	55



V.2 Pagamento de PD's	56
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	56
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores.....	1
de Serviços Públicos	58
V.4.1 Características de Consumo.....	60
BOX 06 – REFIS PASEP.....	58
V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	62
V.5.1 Valores Adimplidos em 2011	62
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios	63
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	65
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	69

Apresentação

Este é o vigésimo primeiro número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2011. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O Boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 19/07/2011.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, não foram incluídos os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área,

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

No terceiro bimestre de 2011 o Estado do Rio de Janeiro apresentou evolução favorável de suas receitas totais, tendo atingido montante 4,8% acima do observado no ano passado. As receitas correntes atingiram patamar 7% superior ao observado no primeiro semestre de 2010, impulsionadas pelo expressivo crescimento das receitas tributárias (+13,9%), não obstante as receitas de capital tenham sofrido queda de 32,8%.

Sobre as receitas correntes, os principais destaques do primeiro semestre são o bom desempenho da arrecadação do ICMS (+20,4% no terceiro bimestre e 14,6% no acumulado); e das transferências (+13,6%), sobretudo FPE (+29,1%) e FUNDEB (+9,6%). As receitas patrimoniais apresentaram resultado ligeiramente negativo (-1,1%).

O aumento da receita de ICMS no terceiro bimestre de 2011 é reflexo do crescimento da arrecadação em certos setores econômicos. Destacam-se os setores de petróleo, combustíveis e gás natural (+16,9%), de mercados, lojas e magazines (+25,1%) e de construção civil (+45,6% no acumulado do ano).

A queda nas receitas de capital, ocorrida no terceiro bimestre do ano, prejudicou os resultados fiscais do Estado. Caso seja desconsiderado tal efeito, o resultado orçamentário obteve aumento de 139,9% e o resultado primário sofreu queda de 40,3%.

Ao final do primeiro semestre o orçamento total atingiu R\$ 58,46 bilhões, 14,62% maior do que o mesmo período de 2010. Desses, ainda mantendo-se uma atitude conservadora, permanecem contingenciados R\$1,3 bilhão, até que a revisão da estimativa de Receita aponte para a possibilidade de liberação.

A despesa liquidada se mantém compatível com a liberação dos recursos, somando R\$ 24,73 bilhões neste primeiro semestre. Comparando-se com o mesmo período de 2010, a execução assumiu um ritmo mais acelerado, superando em 10,2% a do ano anterior.

Esse aumento é, em parte, reflexo da melhoria salarial do funcionalismo ocorrida a partir de julho/2010. Nesse período, essa despesa cresceu 13,56% (+R\$ 708,28 milhões), considerando todos os Poderes.

A execução orçamentária do grupo de custeio, que vem crescendo ao longo do ano, apresentou elevação de 13,78% (+R\$ 421 milhões) em relação a 2010. Esse fato também gera impacto na variação total da despesa, conseqüência do aumento da oferta de serviços, principalmente, nas áreas de saúde, educação, segurança e transportes.

O valor mínimo a ser aplicado nas áreas sujeitas a limites constitucionais e legais, Educação, Saúde, FAPERJ e FECAM foi reforçado pelo crescimento da receita base utilizada para apuração dos valores. Se avaliada a receita base de cada um dos índices, observa-se que o crescimento médio de todas elas, quando confrontados com o mesmo período de 2010, foi de 10,1%, demonstrando o bom comportamento da arrecadação do Estado nesse exercício.

Dando destaque às políticas desenvolvidas em áreas estratégicas para o atual Governo, nesta edição foram incluídos três boxes que tratam com mais detalhe respectivamente, as despesas realizadas pela Secretaria de Estado de Educação, as despesas da Secretaria Estadual de Saúde e aquelas relacionadas à concessão de benefícios assistenciais destinados a atender a população residente em áreas de risco (Programa Morar Seguro), atingidas por calamidade pública ou por programas de intervenção urbanística (PAC).

Pela Secretaria de Estado de Educação, que conta com um orçamento de R\$ 3,74 bilhões, destacam-se as ações que vem sendo desenvolvidas, no âmbito do Planejamento Estratégico implantado pelo órgão, que objetivam a melhoria da infra-estrutura escolar e a valorização do profissional, garantindo a melhoria dos serviços educacionais prestados no longo prazo.

No âmbito da Saúde, com um orçamento disponível para o ano de R\$ 4,70 bilhões, além das despesas regulares com manutenção dos serviços hospitalares, ressaltam-se aquelas destinadas à construção de novas UPAs, que atualmente chegam a 40 unidades em diversos municípios do ERJ, bem como o Projeto Rio Imagem, que contempla a construção do CDPI - Centro de Diagnóstico por Imagem – cuja conclusão está prevista para o 2º semestre deste ano e os serviços de Tomografia e Ressonância Móvel atendendo a demanda de municípios nos quais estes serviços não estão disponíveis ou são insuficientes.

As despesas realizadas com indenizações e aluguéis sociais decorrem de projetos de intervenção urbanística (PAC) ou do Programa Morar Seguro, dedicado a moradores residentes em áreas de risco. Ao longo do período 2008-2011, esses recursos foram destinados aos moradores das áreas de intervenção do PAC (Comunidades Rocinha, Alemão, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, PAC Iguaçu), bem como aos moradores de áreas atingidas pelas chuvas de verão, Niterói, São Gonçalo, Bom Jesus de Itabapoana, Volta Redonda. Os gastos com aluguel social passaram de R\$ 115 mil em 2008 para R\$ 19,25 milhões em 2010. E até o mês de julho deste ano, já atingem R\$ 42,46 milhões. As despesas destinadas ao pagamento de indenizações cresceram R\$ 35 milhões no período 2008-2010.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que a metodologia de liberação da Cota Financeira para emissão de Programações de Desembolso vem alcançando progressivamente seu objetivo primordial: planejamento financeiro da parte dos órgãos, compatível com o Fluxo de Caixa do Tesouro.

Até o mês de junho, dos R\$ 3,46 bilhões de Cota liberada, 63% foram pertinentes a parcela destinada as FR do Tesouro, e 37% às Demais Fontes. Verificou-se que 82% da parcela Cota Financeira liberada, suportada com recursos do Tesouro, foi adimplida (R\$ 1,78 bilhão).

O Tesouro Estadual aumentou o prazo médio de pagamento de 16 dias (2º bimestre) para 25 dias (3º bimestre), sendo 25 dias para as áreas prioritárias e 26 para as áreas não prioritárias. Esse alongamento no prazo médio de pagamento é consequência de uma administração cautelosa do caixa do Estado. No entanto, mesmo diante desse aumento de prazo na execução dos pagamentos, a Secretaria vem adimplindo as PD's em menos de 30 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram ótimo desempenho nesse 3º bimestre de 2011, obtendo uma rentabilidade média acima de 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

No período de janeiro a julho de 2011, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 126 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos e entidades estaduais. No tocante a dotação orçamentária, para o exercício de 2011, foram disponibilizados R\$ 303 milhões no Programa de Trabalho específico para despesas com Concessionárias de Serviços Públicos, tendo sido empenhado 58%, ou seja, R\$ 175 milhões, até julho de 2011.

O SIPC registrou, no 1º semestre de 2011, a soma de R\$ 104 milhões correspondentes ao faturamento das despesas efetuadas pelos órgãos e entidades com as 15 concessionárias abarcadas pelo Sistema. Do montante faturado, foram adimplidos R\$ 87 milhões, ou seja, 83% do total.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, o Tesouro Estadual quitou o montante, no mês de maio de 2011, o valor de R\$ 15.748.407,36. Após o referido pagamento, o total já adimplido pelo Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, computados os valores das Ofertas Públicas de Recursos, foi de R\$ 158.408.347,93.

Dessa maneira, aproximadamente 62% do montante total renegociado já foi quitado pelo Tesouro Estadual.

No 3º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual aproximadamente R\$ 11,5 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado. Ressalte-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009. No tocante ao pagamento de requisições de pequeno valor, foram pagas, nos meses de maio e junho, o valor de R\$ 7,9 milhões. Assim, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 3º bimestre de 2011, o montante de R\$ 19,4 milhões.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 632 milhões com o serviço da dívida¹, no 3º bimestre de 2011, valor 14% inferior ao pago no bimestre anterior. Essa variação foi influenciada pela redução do serviço da dívida extralimite, que foi 71% menor que a do 2º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa ocorridos no bimestre anterior.

Nos meses de maio e junho deste ano, o estoque² da Dívida Financeira alcançou R\$ 59,22 bilhões, 0,47% maior que o bimestre anterior, explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna

¹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

² Excluído o valor referente à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL - e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER.

corrigida pelo IGP-DI³. O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,09% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,82 bilhão, ou seja, 0,28% inferior ao 2º bimestre de 2011, impacto da valorização do real frente ao dólar.

Foram liberados R\$ 66,3 milhões da receita pertinente a operações de créditos, no 3º bimestre de 2011. Desse montante, R\$ 9,5 milhões, foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 1,9 milhões, foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$100 mil, foram para o Programa de Modernização da Administração Estadual I – PMAE I (recursos provenientes do BNDES); R\$ 47,5 milhões, foram para o Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$545,8 mil, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do Banco Mundial); R\$ 6,3 milhões⁴, para Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do Banco Mundial); e, R\$ 488 mil, destinados ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do Banco Mundial). Além das internalizações ocorridas no bimestre, o BIRD realizou desembolsos no exterior destinados ao Programa Estadual de Transportes II, para a compra de um trem elétrico, que integrará o sistema ferroviário estadual, no montante de US\$ 16,5 milhões⁵.

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2011, com 711 Convênios de Despesa e 446 Convênios de Receita vigentes⁶. No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 158 convênios, beneficiando 82 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 551 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2011, o total de 75 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Do valor pertinente a contrapartida do Estado, até o 3º bimestre de 2011, foi repassado em torno de R\$ 1 bilhão. Desse total, 74% destinaram-se à área de Habitação e aproximadamente 26% à área de Saneamento.

³ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 92,91% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 0,05% e um crescimento de 0,48%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º bimestre fechou em 0,51% (IGP-DI de abr/11 e mai/11) e nos últimos 12 meses (de jun/10 a mai/11) em 10,86%.

⁴ Valor contabilizado no mês de junho/2011 como receita de Transferências de Organismos Internacionais, e será reclassificado em julho/2011 para Receita de Operação de Crédito.

⁵ Valor será contabilizado no mês de Julho/2011.

⁶ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Saliem-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

EXECUTIVE SUMMARY

In the period of May through June of 2011 the State of Rio de Janeiro had a favorable evolution of the total revenues, reaching 4.8% above the amount seen last year. Current revenues reached level 7% higher than in the first half of 2010, driven by significant growth of tax revenues (+13.9%), although capital revenues have dropped 32.8%.

On current revenues, the main highlights of the first half are good revenue performance of VAT (+20.4% in May-June and 14.6% accumulated) and transfers (+13.6%), especially FPE (+29.1%) and FUNDEB (+9.6%). Asset revenues resulted in a slightly decrease (-1.1%).

The increase in VAT revenue in third quarter of 2011 reflects the revenue growth in certain economic sectors. There was an increase in revenues of some sectors, especially for oil, fuels and natural gas (+16.9%), markets, shops and department stores (+25.1%), construction (+45.6% in the accumulated the year).

The fall in capital revenues held in the period May-June of the year hurt the earnings of the state. Disregarding this effect, the budget result had an increase of 139.9% and the primary surplus was down 40.3%.

At the end of the first semester the total budget has already reached R\$ 58,46 billion, 14.62% higher than the budget was in the first six months of 2010. The government is still keeping a conservative attitude and R\$1.3 billion remain contingent until the new estimate of revenue point to the possibility of a release.

The expenditure paid remains compatible with the release of funds totaling R\$ 24.73 billion in the first semester of 2011. If compared to the same period in 2010 the execution assumes a faster pace, up 10.2%.

This increase in the execution is partly a reflection of the improved salary awarded since July/2010. This spending grew 13,56% (+ R\$708,28 million) considering the executive, legislative and judicial powers.

If consider the budget divided by groups the spending with current expenditure, which has grown over the years, +13.78% (+ R \$ 421 million) compared to 2010, also generates variation impact on total expenditure due to the increased supply of services, mainly in the areas of health, education, security and transport.

The minimum amount that has to be applied in the areas subject to constitutional and legal limits, (Education, Health, FAPERJ⁷ and FECAM⁸) was enhanced by the growing of revenue base used to calculate the values. If evaluated the revenue that compose the base of each index, it can be observed that the average growth of all of them, when confronted with the same period in 2010, was 10.1%, demonstrating the good performance of state revenues for that year.

Highlighting the policies developed in strategic areas for the current Government, this edition included three boxes that shows more details on the expenses made by the State Department of Education, the Department of Health and also the costs related to welfare benefits to help the population resident in risk areas, or those affected by calamity or urban intervention programs.

The State Department of Education, which has an approved budget of R\$ 3,74 billion for 2011, have been developing programs under the Strategic Plan implemented by the department. This plan aim to improve school infrastructure and the enhancement of the teachers, ensuring the improvement of educational services provided in the long term.

The area of Health has an available budget for the year 2011 totalizing the amount of R\$4,70 billion. Beside the costs involved in the regular maintenance of hospital services, this newsletter emphasizes the expenses for the construction of new UPA⁹s (EMERGENCY UNITS), which now has grown to 40 units in various municipalities of the Rio de Janeiro State. It has also been highlighted the Project named PROJETO RIO IMAGEM (RIO DE JANEIRO IMAGE PROJECT), which includes the construction of CDPI - Center for Diagnostic Imaging – that has the conclusion scheduled for the second semester of this year and aim to take care of tomography and Resonance Mobile services to municipalities in which these services are not available or are insufficient.

The last Box presented in this newsletter show the expenditure made with compensation and social rent due to the damages caused by social projects of urban intervention (PAC¹⁰) or due to the people living in risk areas. Over the period 2008-2011, this expenditures were directed to residents in the areas of urban intervention - PAC (Communities of Rocinha, Alemão, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, and PAC Iguaçú), as well as the residents of areas hit by the strong summer rains, (Niterói, São Gonçalo, Itabapoana of Bom Jesus, Volta Redonda). The total spending on social rental that was R\$115 thousand in 2008 passed to R\$19.25 million in 2010., and until the month of July 2011, has already reached R\$ 42.46 million. The payment of compensation increased R\$35 million in the period 2008-2010.

With regard to state financial administration, it was found that the methodology Cota release schedules for the issuance of Financial Disbursement is progressively reaching the primary objective:

⁷ FAPERJ- FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⁸ FECAM- FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

⁹ UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

¹⁰ PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESICMENTO

financial planning on the part of organs, consistent with the Treasury's cash flow. Until June, the U.S. \$ 3.46 billion Quota released, 63% were relevant to the RF portion destined for the Treasury, and other sources to 37%. It was found that 82% of the share Quota Financial released, supported with funds from the Treasury, was adimplir (U.S. \$ 1.78 billion). The State Treasury has increased the average payment period of 16 days (two months 2) for 25 days (3rd two months), and 25 days for priority areas and 26 for non-priority areas. This stretch the average payment period is a result of the cautious administration of the State of the box. However, even with this increase in payments period, the Secretariat has adimplir the PD's in less than 30 days. The funds, in which the State Treasury applies for government funds, remained excellent performance in the 3rd two months of 2011, achieving an average return above 99% of the Interbank Deposit Certificate (CDI - benchmark funds).

From January to July 2011, the State Treasury has disbursed about \$ 126 million to settle charges with essential public services provided to state agencies and entities. Regarding the budget allocation for the year 2011 were U.S. \$ 303 million available in the Work Programme for specific expenses of Public Utilities, 58% having been committed, or R \$ 175 million by July 2011.

The SIPC recorded in the first half of 2011, the sum of \$ 104 million of revenue related to expenses incurred by agencies and entities with 15 dealerships which are covered by the system. Of the amount billed, adimplir were \$ 87 million, or 83% of the total.

As stated in the monthly payment schedule Program Payment / Installment Payment of outstanding commitments processed - RPP's, the State Treasury to repay the amount in the month of May 2011, the value of R \$ 15,748,407.36. After the payment, the total already adimplir Program Payment / Installment Payment of outstanding commitments, the computed values of the Public Offers of Appeals, was R \$ 158,408,347.93.

Thus, approximately 62% of the total amount has been repaid renegotiated by the State Treasury. In the 3rd two months of 2011 were applied by the State Treasury about \$ 11.5 million for payment of installment agreements of writ, signed by the State Attorney General. It should be noted that these agreements were concluded by the State Attorney General before the enactment of Amendment No. 62 on December 9, 2009. Regarding the requests for payment of small sums, were paid in the months of May and June, the value of \$ 7.9 million. Thus, in addition to judicial requests and requests for small amounts were disbursed in the 3rd two months of 2011, the amount of \$ 19.4 million.

The State Treasury disbursed R \$ 632 million in debt service, the 3rd two months of 2011, a figure 14% lower than that paid in the previous two months. This variation was influenced by the reduction of debt service extralimite, which was 71% lower than that of the 2nd quarter, not repeated since the semi-annual payments of contracts of foreign debt occurred in the previous two months.

In May and June this year, the stock of financial debt reached U.S. \$ 59.22 billion, 0.47% higher than the previous two months, explained essentially by the readjustment of the stock of domestic debt adjusted by IGP-DI. The stock of external debt, which accounts for 3.09% of total debt, ended two months with a balance of \$ 1.82 billion, or 0.28% lower than the 2nd two months of 2011, the appreciation of the real against the dollar.

They were released R \$ 66.3 million of revenue pertaining to credit operations, the 3rd two months of 2011. Of this amount, R \$ 9.5 million was earmarked for the expansion of the Metro Line 1 - between stations Cantagalo and General Osorio (resources from the BNDES), R \$ 1.9 million was allocated to the Program Police Legal (resources from BNDES), R \$ 100 thousand were for the Program for Modernization of State Administration I - I PMAE (resources from the BNDES), R \$ 47.5 million, were for the Support of counterpart funding from the CAP (resources from BOX) U.S. \$ 545,800, the State Transportation Program II - II PET (resources from the World Bank), R \$ 6.3 million for Sustainable Rural Development Programme in watershed (resources from the World Bank) and R \$ 488 thousand for the Program for Renovation and Strengthening of the Public - PRO-MANAGEMENT (resources from the World Bank). In addition to the internalization occurred in two months, IBRD disbursed abroad for the State Transportation Program II, for the purchase of an electric train, which will integrate the state railway system, the amount of U.S. \$ 16.5 million.

The State of Rio de Janeiro ended two months of the 3rd 2011, with 711 and 446 Covenants Covenants Expense Revenue regulations. Regarding the Forces Programme addition, there are 158 existing agreements, benefiting 82 municipalities. Under these agreements, until this quarter, the value provided by the State Treasury was about \$ 551 million, which will be used in projects of various kinds, especially in infrastructure.

With respect to agreements covered by the PAC, the state signed with the Union until the 3rd two months of 2011, total revenue 75 Agreements for the implementation of various infrastructure projects, reaching an investment of approximately \$ 2.5 billion .

Relevant to consideration of the value of the state, until the 3rd two months of 2011, was passed around R \$ 1 billion. Of this total, 74% went to the area of housing and approximately 26% the area of sanitation.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais¹¹ de arrecadação para 2011 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 374/2011, publicada no mês de fevereiro.

No terceiro bimestre de 2011 as receitas totais realizadas superaram em 3,8% as metas estipuladas de receitas para o período; no acumulado de janeiro a junho, as metas foram superadas em 2,2%. Ambos os resultados positivos são consequência da boa execução das receitas correntes, que ficaram 10,9% acima da meta projetada no bimestre e 6,8% no acumulado.

Entre as receitas correntes, nos dois períodos analisados, as tributária e patrimonial apresentaram desempenho acima do previsto. A primeira superou a meta em 9,8% no bimestre e 4,8% no acumulado. Já a patrimonial ultrapassou a meta em 27,8% no bimestre e 31,5% no acumulado, reflexo da arrecadação antecipada dos CFT's, assim como, das receitas provenientes dos *Royalties* e das aplicações financeiras.

As outras receitas correntes ficaram acima do previsto para o bimestre (+9,9%), no entanto, no acumulado, o desempenho ainda está abaixo da meta (-4,5%) devido à frustração da receita de Multas e Juros e da Dívida Ativa.

As receitas de transferências correntes apresentaram desempenho abaixo da meta bimestral e acumulada (–R\$ 21,88 milhões e – R\$ 120,92 milhões, respectivamente) associado à atonia ainda existente em algumas receitas federais.

As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral em R\$ 532,32 milhões no bimestre e R\$ 1.058,78 milhões no acumulado. Esse resultado decorre de atraso na

Tabela 1
METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2011

(art 8º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI-JUN) 2011	RECEITA REALIZADA (MAI-JUN) 2011	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-JUN) 2011	RECEITA REALIZADA (JAN-JUN) 2011	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	7.869,82	8.729,67	110,9%	23.847,69	25.479,35	106,8%
TRIBUTÁRIA	4.912,83	5.395,56	109,8%	15.893,18	16.660,15	104,8%
CONTRIBUIÇÃO	194,34	145,86	75,1%	582,50	476,27	81,8%
PATRIMONIAL	1.496,99	1.913,48	127,8%	3.590,64	4.720,04	131,5%
AGROPECUÁRIA	0,03	0,05	159,2%	0,08	0,08	91,0%
INDUSTRIAL	1,78	0,07	3,9%	5,35	0,15	2,8%
SERVIÇOS	47,24	58,38	123,6%	156,04	153,32	98,3%
TRANSF. CORR.	999,29	977,41	97,8%	2.965,63	2.844,71	95,9%
OUTRAS	217,33	238,87	109,9%	654,26	624,64	95,5%
REC. CAPITAL	722,22	189,90	26,3%	1.945,40	886,62	45,6%
OPER. CRÉDITO	300,13	59,98	20,0%	700,45	77,66	11,1%
ALIEN. BENS	86,00	5,21	6,1%	218,00	252,11	115,6%
AMORT. EMPRÉST.	22,44	23,97	106,8%	69,70	82,19	117,9%
TRANSF. CAP.	313,64	100,74	32,1%	957,25	474,67	49,6%
Total	8.592,03	8.919,57	103,8%	25.793,09	26.365,97	102,2%

A receita corrente superou a meta em 10,9% e 6,8% no bimestre e no acumulado respectivamente, com destaque para as receitas tributária 9,8% e a patrimonial com 27,8% acima do previsto no bimestre.

¹¹ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

contratação de algumas operações de crédito de maior volume e da frustração de receita de transferências de capital, melhor explicado na seção III.2 Receitas de Capital.

No primeiro semestre de 2011, a despesa total (incluído o pagamento de RP) foi superior em 1,1% com relação à meta estabelecida pelo Cronograma Mensal de Desembolso divulgado em fevereiro deste ano (Resolução SEFAZ nº 375).

Neste período, a despesa realizada, incluídos os Restos a Pagar do exercício de 2010 já pagos, totalizou R\$ 25,18 bilhões, R\$ 276,33 milhões maior do que a referida Meta.

Tal diferença se justifica basicamente pelas transferências aos municípios, cujo valor realizado (R\$ 4,01 bilhões) foi superior em R\$ 177,39 milhões ao estimado no Cronograma de Desembolso. A oscilação dessa despesa está diretamente relacionada ao bom desempenho da receita.

A diferença restante se encontra no âmbito das outras despesas correntes e estão relacionadas a despesas de custeio dos órgãos, tais como os gastos com o Bilhete Único Estadual, em que o número de transações vem crescendo a um ritmo superior ao previsto, gerando uma despesa superior àquela prevista no Cronograma.

Tabela 2
**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-JUN 2011**

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2011**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-JUN 2011***	RP 2010 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-JUN 2011	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	6.320	5.464	682	6.146	97,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.716	14.725	859	15.584	105,9%
INVEST /INVERSÕES	1.681	923	521	1.444	85,9%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	2.191	2.010		2.010	91,8%
TOTAL	24.908	23.122	2.062	25.184	101,1%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga
**Fonte: Resolução SEFAZ nº 375
***Fonte: SIG em 20/07/2011
Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

II. Resultados Fiscais¹²

II.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário do terceiro bimestre de 2011 totalizou R\$396,09 milhões (que representa queda de 78,7% se comparado ao mesmo período do ano passado). No acumulado de janeiro a junho, o resultado atingiu R\$1.482,19 milhões, que implica queda de 43,0% em relação a 2010. O desempenho negativo está relacionado à entrada de receitas atípicas no ano anterior tais como: a obtenção de operação de crédito externa no montante de R\$879 milhões junto ao Banco Mundial (esclarecido na seção III.2 Receitas de Capital); receitas de royalties provenientes do acerto de MARLIM R\$ 640,48 milhões (explicado em maiores detalhes no boletim do 6º bimestre de 2010) e REFIS de R\$ 600 milhões (maiores detalhes na seção III.1.4 Demais Receitas Correntes). Tais eventos inflaram a base de comparação para o mesmo período do ano. Adicionalmente, em 2011 houve atraso na liberação de operações de crédito (receitas de capital) já contratadas pelo Estado, o que reforça a distorção comparativa. Expurgando essas receitas atípicas, o Resultado Orçamentário aumentaria em 7,2% no acumulado

– **Receita Total:** O incremento de R\$ 1.241,84 milhões em comparação ao ano passado (+4,8%) se deu, sobretudo, devido ao aumento da receita Tributária (+13,9%) e das Transferências (+13,6%), fato que será melhor detalhado na seção III.1.2.. No desempenho bimestral, houve queda de R\$ 698,92 milhões por conta da frustração das demais receitas correntes e das receitas de capital.

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 9,6% (+R\$ 765,39 milhões) no bimestre e 10,1% (+R\$ 2.359,70) no acumulado em decorrência dos aumentos nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, que aumentaram 13,8% no bimestre e 14,5% no semestre, efeito das políticas de

O resultado orçamentário do primeiro semestre reduziu em 43,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo as receitas extraordinárias de 2010 o Resultado Orçamentário aumentaria em 7,2%, e a receita, assim como a Receita total teria o crescimento de 12,0%.

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
I. RECEITA TOTAL (A)	9.855,14	9.156,22	-7,1%	25.935,21	27.177,04	4,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.424,49	8.729,67	3,6%	23.807,07	25.479,35	7,0%
I.1.1 Tributária	4.602,95	5.395,56	17,2%	14.624,93	16.660,15	13,9%
I.1.2 Patrimonial	1.889,28	1.913,48	1,3%	4.770,14	4.720,04	-1,1%
I.1.3 Transferências	879,63	977,41	11,1%	2.503,77	2.844,71	13,6%
I.1.4 Demais Correntes	1.052,63	443,22	-57,9%	1.908,23	1.254,45	-34,3%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.151,90	189,90	-83,5%	1.320,06	886,62	-32,8%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	278,75	236,65	-15,1%	808,07	811,07	0,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.994,73	8.760,13	9,6%	23.335,15	25.694,85	10,1%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.825,92	7.616,42	11,6%	20.252,66	22.808,26	12,6%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.168,14	3.605,70	13,8%	9.254,45	10.599,85	14,5%
II.1.2 Demais Correntes	3.277,87	3.613,91	10,3%	9.853,32	10.976,25	11,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	379,92	396,81	4,4%	1.144,88	1.232,16	7,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	802,36	797,43	-0,6%	2.189,92	1.921,99	-12,2%
II.2.1 Invest.	617,39	504,86	-18,2%	1.646,19	1.084,65	-34,1%
II.2.1.1 Obras e Instalações	406,69	349,99	-13,9%	779,16	699,42	-10,2%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,66	6,24	34,02%	469,81	13,11	-97,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	206,04	148,63	-27,9%	397,23	372,13	-6,3%
II.2.2 Inv. Financ.	25,70	57,27	122,8%	32,25	59,03	83,1%
II.2.3 Amort. Dívida	159,26	235,29	47,7%	511,49	778,31	52,2%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	366,45	346,28	-5,5%	892,57	964,60	8,1%
RES. ORÇAM. (A-B)	1.860,41	396,09	78,7%	2.600,05	1.482,19	-43,0%

¹² O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

concessão de reajustes salariais adotadas para diversas categorias a partir de junho de 2010.

As Demais Correntes tiveram incremento de R\$ 336,04 milhões (+10,3%) no bimestre e R\$ 1.122,93 milhões (+11,4%) no acumulado, refletindo a provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado com o aumento das despesas não-discrecionárias (detalhes na seção IV1. 1.).

Sobre as Despesas de Capital foi apurada queda de 0,6% em relação ao bimestre do ano anterior (-R\$ 4,93 milhões) e no acumulado decréscimo de 12,2% (-R\$ 267,93 milhões). Especificamente, o resultado é reflexo da redução em 97,2% na conta de Indenizações e Restituições em função do ressarcimento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim, realizada em Novembro de 2009. Quando se expurga esse efeito, o investimento, cujo registro - na tabela 3 - aponta para uma queda 34,1%, teria um decréscimo de apenas 8,1%; a despesa de capital, por sua vez, teria elevação de 51,5%.

Por outro lado, a despesa de amortização da dívida cresceu R\$ 76,03 milhões no bimestre, representando aumento de 47,7% e 52,2% no acumulado (mais detalhes na seção IV.1).

II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário do terceiro bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$ 248,34 milhões, 84,1% menor do que no mesmo período do ano passado. Já no acumulado, temos o resultado de R\$ 2.041,09 milhões com queda de 33,5% em relação a 2010. O resultado decorre do crescimento da Receita Total (+2,8%) ter ocorrido em menor dimensão que a elevação da Despesa Total (+8,5%) e também por conta da distorção anteriormente comentada na apuração das receitas atípicas comentadas na seção anterior.

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	8.279,91		7.487,31	-9,6%	
I.1 RECEITA CORRENTE	7.095,37	7.240,55	2,0%	21.238,14	22.517,74	6,0%
I.1.1 Tributária	4.602,95	5.395,56	17,2%	14.624,93	16.660,15	13,9%
I.1.2 Patrimonial	728,48	566,55	-22,2%	2.713,20	2.234,16	-17,7%
I.1.3 Transferências	879,63	977,41	11,1%	2.503,77	2.844,71	13,6%
I.1.4 Demais Correntes	884,31	301,03	-66,0%	1.396,24	778,71	-44,2%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.138,03	165,90	-85,4%	1.274,58	557,60	-56,3%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	46,50	80,86	73,9%	93,78	161,62	72,3%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.713,38	7.238,97	7,8%	19.539,11	21.195,87	8,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.549,90	6.097,54	9,9%	16.464,02	18.312,88	11,2%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.877,96	2.124,51	13,1%	5.492,55	6.221,63	13,3%
II.1.2 Demais Correntes	3.292,03	3.576,22	8,6%	9.826,59	10.859,09	10,5%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	379,92	396,81	4,4%	1.144,88	1.232,16	7,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	797,06	795,81	-0,2%	2.183,07	1.920,32	-12,0%
II.2.1 Invest.	612,09	503,25	-17,8%	1.639,34	1.082,97	-33,9%
II.2.1.1 Obras e Instalações	401,62	348,39	-13,3%	772,61	697,81	-9,7%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,66	6,24	34,02%	469,81	13,11	-97,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	205,81	148,61	-27,8%	396,92	372,05	-6,3%
II.2.2 Inv. Financ.	25,70	57,27	122,8%	32,25	59,03	83,1%
II.2.3 Amort. Dívida	159,26	235,29	47,7%	511,49	778,31	52,2%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	366,43	345,61	-5,7%	892,01	962,66	7,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.566,52	248,34	-84,1%	3.067,39	2.041,09	-33,5%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.575,24	1.668,91	5,9%	3.328,71	3.940,09	18,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.281,35	1.521,16	18,7%	3.796,05	4.498,99	18,5%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	293,88	147,75	-49,7%	-467,34	-558,90	-19,6%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	1.860,41	396,09	-78,7%	2.600,05	1.482,19	-43,0%

Tabela 5

Expurgando esses efeitos, o Resultado Orçamentário cresceria 10,4% no acumulado do ano.

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no terceiro bimestre foi 49,7% menor do que no mesmo período do ano passado. No acumulado a queda foi de 19,6% (-R\$ 558,90 milhões). Isto ocorreu porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – não foi arrecadada integralmente, visto que, por conta da legislação, são usadas para pagamento de indenização à União pelo Estado. Caso o preço do petróleo no mercado internacional permaneça em níveis elevados até o final do ano, espera-se uma melhoria no resultado orçamentário do fundo.

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITAS TOTAL	9.855,14	9.156,22	-7,1%	25.935,21	27.177,04	4,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.025,47	223,35	-78,2%	1.271,73	709,78	-44,2%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	278,75	236,65	-15,1%	808,07	811,07	0,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.550,92	8.696,22	1,7%	23.855,40	25.656,19	7,5%
DESPESAS TOTAL	7.994,73	8.760,13	9,6%	23.335,15	25.694,85	10,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	558,30	639,85	14,6%	1.678,60	2.018,73	20,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	366,45	346,28	-5,5%	892,57	964,60	8,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.069,98	7.774,00	10,0%	20.763,98	22.711,52	9,4%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	1.480,94	922,21	-37,7%	3.091,42	2.944,67	-4,7%

II.3 Resultado Primário¹³

O Resultado Primário total (incluído o RIOPREVIDÊNCIA) alcançou nesse bimestre o montante de R\$ 922,21 milhões, saldo inferior em 37,7% ao verificado no ano passado. No acumulado, o resultado foi de R\$ 2.944,67 milhões com queda de 4,7% em 2011. O crescimento das despesas primárias em 10,0% acima das receitas primárias (+1,7% contribuiu para a redução do resultado primário.

Já o Resultado Primário do 3º bimestre, descontado o resultado do RIOPREVIDÊNCIA, atingiu o montante de R\$ 969,26 milhões (-32,9%). Contudo, no acumulado o crescimento foi de 3,8% (+R\$ 163,96 milhões) em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITAS TOTAL	8.279,91	7.487,31	-9,6%	22.606,50	23.236,95	2,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.001,31	183,68	-81,7%	1.198,87	351,54	-70,7%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	46,50	80,86	73,9%	93,78	161,62	72,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.232,10	7.222,77	-0,1%	21.313,85	22.723,80	6,6%
DESPESAS TOTAL	6.713,38	7.238,97	7,8%	19.539,11	21.195,87	8,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	558,30	639,85	14,6%	1.678,60	2.018,73	20,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	366,43	345,61	-5,7%	892,01	962,66	7,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	5.788,65	6.253,51	8,0%	16.968,49	18.214,47	7,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	1.443,44	969,26	-32,9%	4.345,37	4.509,33	3,8%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	37,49	-47,05	225,5%	-1.253,95	-1.564,66	-24,8%

¹³ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

III. Receita Estadual ¹⁴

As receitas estaduais totalizaram, no terceiro bimestre de 2011, R\$ 8.919,57 milhões – decréscimo de R\$ 656,82 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2010 (-6,9%). No acumulado até junho, este montante foi de R\$ 26.365 milhões que representa um crescimento de 4,9% na comparação com o mesmo período do ano passado (+ R\$1.238 milhões).

No caso da execução bimestral, este resultado é reflexo do desempenho das Receitas de capital (-R\$ 962,53 milhões). No ano passado houve o incremento excepcional de R\$ 879 milhões de reais referente a um empréstimo do Banco Mundial e R\$ 640 milhões de Marlim. As receitas correntes cresceram 3,6% no bimestre e 7,0% no acumulado. A receita tributária e de transferências foram os principais responsáveis por elevar a receita corrente em mais R\$305,19 milhões no bimestre e R\$ 1.672,28 milhões no acumulado.

As próximas seções apresentarão mais detalhes sobre as categorias de receita.

III.1 Receitas Correntes

As receitas tributária e de transferências foram as principais responsáveis por elevar em 3,6% o total das Receitas Correntes¹⁵ em comparação ao mesmo bimestre do ano passado (+R\$ 305,19 milhões). O crescimento acumulado equivaleu a um montante de +R\$ 1.672,28 milhões, desempenho superior em 7,0% ao exercício anterior.

Outro componente expressivo das Receitas Correntes, as receitas patrimoniais, cresceram apenas 1,3% na comparação entre os períodos (+R\$ 24,20 milhões). No acumulado houve queda de 1,1% (-R\$ 50,10 milhões). Porém essa queda é explicada pela entrada extraordinária

Tabela 7

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
TRIBUTÁRIA	4.602,95	5.395,56	17,2%	14.624,93	16.660,15	13,9%
CONTRIBUIÇÕES	151,76	145,86	-3,9%	468,87	476,27	1,6%
PATRIMONIAL	1.889,28	1.913,48	1,3%	4.770,14	4.720,04	-1,1%
AGROPECUÁRIA	0,06	0,05	-9,4%	0,07	0,08	3,6%
INDUSTRIAL	0,01	0,07	427,6%	2,51	0,15	-94,1%
DE SERVIÇOS	51,42	58,38	13,5%	142,12	153,32	7,9%
TRANSF. CORR.	879,63	977,41	11,1%	2.503,77	2.844,71	13,6%
OUTRAS CORR.	849,38	238,87	-71,9%	1.294,66	624,64	-51,8%
REC. CORR.	8.424,49	8.729,67	3,6%	23.807,07	25.479,35	7,0%
REC. CAPITAL	1.151,90	189,90	-83,5%	1.320,06	886,62	-32,8%
Total	9.576,39	8.919,57	-6,9%	25.127,13	26.365,97	4,9%

A execução da receita do terceiro bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$8.919,57 milhões, decréscimo de 6,9% (-R\$656,82 milhões) em relação ao ano anterior.

¹⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.

¹⁵ Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Definição explicitada no Glossário Orçamentário do Tesouro Nacional: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp

de R\$ 640,48 milhões de reais referente ao acordo de Marlim em 2010. Expurgando esse valor a receita patrimonial cresceu 14,3%.

Por outro lado, as receitas de contribuições caíram 3,9% (-R\$ 5,90 milhões) e outras receitas correntes com queda de 71,9% (-R\$ 610,50 milhões) no bimestre. Para esta última, o resultado já era esperado, dada a base de comparação inflada em 2010, por conta do REFIS estadual que, no ano passado, permitiu o pagamento à vista ou parcelado dos débitos tributários em atraso. Por conta disso, o resultado acumulado apresenta queda de 51,8% (-R\$ 670,02 milhões).

III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no terceiro bimestre de 2011 teve crescimento de 17,2% (+R\$ 792,61 milhões) em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$ 5.395,56 milhões. No acumulado até junho, houve crescimento de 13,9% (+R\$ 2.035,22 milhões). Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, ao incremento de R\$ 716,79 milhões de ICMS (+20,4%), refletindo no desempenho do acumulado, que totalizou crescimento de 14,6% (+R\$ 1.563,12 milhões). Mais detalhes acerca deste tributo serão abordados na próxima seção (

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico).

– **Imposto de Renda (IRRF)**: crescimento de 20,7% (+ R\$ 131,56 milhões) no semestre, por conta da combinação dos seguintes fatores como: maior regularidade dos repasses do RIOPREVIDÊNCIA em 2011, reajustes salariais para as diversas categorias a partir de junho de 2010, além de aumento do quadro de pessoal. Os repasses do RIOPREVIDÊNCIA foram 15,7% maiores em relação aos primeiros seis meses de 2010.

A receita oriunda de tributos arrecadada no terceiro bimestre de 2011 teve crescimento de 17,2% em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$5.395,56 milhões. No acumulado até junho, houve crescimento de 13,9%.

Tabela 8

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.602,95	5.395,56	17,2%	14.624,93	16.660,15	13,9%
ICMS	3.518,16	4.234,95	20,4%	10.705,17	12.268,29	14,6%
Adicional do ICMS	368,88	408,84	10,8%	1.119,44	1.255,61	12,2%
IRRF	293,49	274,21	-6,6%	634,18	765,74	20,7%
IPVA	152,47	175,49	15,1%	1.156,62	1.294,80	11,9%
ITD e ITBI	75,24	65,52	-12,9%	232,68	174,53	-25,0%
Taxas	194,70	236,55	21,5%	776,84	901,18	16,0%

A receita tributária teve crescimento de 17,2% no bimestre e 13,9% no primeiro semestre de 2011, impulsionada pela arrecadação do ICMS, 20,4% e 14,6% respectivamente.

– **IPVA:** neste bimestre, alcançou o total de R\$ 175,49 milhões arrecadados, (+R\$ 23,02 milhões) em relação a 2010. Já no acumulado houve um crescimento de 11,9% (+R\$ 138,18 milhões). Este resultado é consequência do crescimento da frota de veículos, que de janeiro a junho de 2011 aumentou 8,14% em relação ao mesmo período do ano anterior, representando um acréscimo de 350 mil novos veículos¹⁶. Além disso, o índice de inadimplência do imposto está em queda devido aos esforços de fiscalização do Estado, com as Blitz do DETRAN, DETRO e da Lei Seca.

– **ITD:** com queda de R\$ 9,72 milhões (-12,9%), este imposto teve receita de R\$ 65,52 milhões no bimestre. Esse resultado indica uma queda de 25,0% (-R\$ 58,15 milhões) no acumulado. O desempenho do tributo neste bimestre é consequência da elevada base de comparação em 2010, já mencionado anteriormente – notadamente, deve-se destacar o advento do Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS), que estabeleceu descontos em juros e multas para quitação à vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em Dívida Ativa com precatórios vencidos. Com isso, vários contribuintes que tinham débito em atraso anteciparam o pagamento em 2010 inflando a receita naquele bimestre. Desconsiderando o efeito REFIS a variação no acumulado foi de + 31,5% (+R\$ 41,8 milhões).

– **Taxas:** A receita de taxas cresceu 16,0% no acumulado em relação a 2010, equivalente a acréscimo de R\$ 124,34 milhões. Na análise bimestral cresceu 21,5% (+R\$ 41,85 milhões) na comparação entre os períodos. A maior parte deste incremento é proveniente da receita das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambas do DETRAN, que somadas tiveram aumento de R\$27,70 milhões no bimestre e R\$ 85,86 milhões no acumulado.

O resultado do IPVA é consequência do crescimento da frota de veículos, que de janeiro a junho de 2011 aumentou 8,14% em relação ao mesmo período do ano anterior, que representou um crescimento de 350 mil novos veículos⁹.

A receita de taxas cresceu 16,0% no acumulado principalmente por conta do aumento das receitas provenientes do DETRAN que somadas tiveram aumento de R\$25,70 milhões no bimestre e R\$85,86 milhões no acumulado.

¹⁶ Fonte: www.denatran.gov.br

BOX 01 – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO RIOPREVIDÊNCIA.

A partir da Emenda Constitucional nº 20/98, a Reforma da Previdência introduziu mudanças nos regimes próprios de previdência dos servidores públicos, de forma a possibilitar a criação de fundos capitalizados para o custeio destes regimes.

Por meio da estadual Lei nº. 3189, de 22 de fevereiro de 1999, foi instituído o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, autarquia pública independente, com a finalidade de arrecadar, assegurar e administrar os recursos financeiros e outros ativos para o custeio de proventos de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários.

A partir da necessidade de capitalização do fundo, parte do patrimônio imobiliário do Estado foi transferido ao RIOPREVIDÊNCIA em dois momentos: a partir da sua criação e após a extinção do IPERJ, em 2007. Com este último evento, o fundo passou a incorporar toda a carteira imobiliária do instituto, atualmente contando com 350 imóveis.

Uma das estratégias do fundo é a gestão financeira a partir da liquidez de seus ativos, realizando alienação de seus bens por meio de licitações públicas desde o início de 2010. No primeiro semestre de 2011, efetuou seis licitações para venda de imóveis em localizações distintas na cidade do Rio de Janeiro. A única venda realizada sem licitação foi para uma entidade de administração pública, que conforme a Lei nº 8666/93 dispensa tal procedimento¹⁷. O total da venda consistiu de 41 imóveis nas regiões da Lapa e Centro. As alienações entre janeiro e junho totalizaram 66 imóveis, resultando para o RIOPREVIDÊNCIA receitas na ordem de R\$ 247 milhões. No total angariou o montante de R\$ 43,7 milhões acima do valor mínimo estipulado por avaliação de mercado, perfazendo um ágio médio de 21,5%.

Informações sobre as licitações destes imóveis estão no site do RIOPREVIDÊNCIA <http://www.rioprevidencia.rj.gov.br/>.

¹⁷ Art. 17, inciso I, alínea e) da Lei nº 8666/93.



Características de Identificação					Valor Mínimo	Valor de Venda
Município	Bairro	Logradouro Atual	Nº Atual	Complemento		
Rio de Janeiro	Leblon	Afrânio de Melo Franco, Av.	290	L2 (Loja 201- Centro Cultural)	74.208.000,00	90.630.000,00
Rio de Janeiro	Lapa	Arcos, Rua, dos	35-59	Lote 1	83.385.000,00	83.385.000,00
Rio de Janeiro	Centro	Lavradio, Rua, do	135-153			
Rio de Janeiro	Lapa	Arcos, Rua, dos	63			
Rio de Janeiro	Lapa	Arcos, Rua dos	54-68	Lote 2		
Rio de Janeiro	Lapa	Arcos, Rua, dos	72 / 74-94			
Rio de Janeiro	Centro	Lavradio, Rua do	133			
Rio de Janeiro	Jardim Botânico	Jardim Botânico, Rua	705		5.000.000,00	32.000.000,00
Rio de Janeiro	Centro	Mem de Sá, Avenida	41		366.000,00	399.999,99
Rio de Janeiro	Botafogo	Polidoro, Rua, General	57		225.000,00	462.100,00
Rio de Janeiro	Centro	Regente Feijó, Rua	132		178.500,00	178.500,00
Rio de Janeiro	Centro	Tomé de Souza, Avenida	146		40.000.000,00	40.000.001,00
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1085A	Ant. Rua General Câmara, 311		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1093 / 1093A	Ant. Rua General Câmara, 313		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1099 / 1099A	Ant. Rua General Câmara, 315		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1103 / 1103A	Ant. Rua General Câmara, 317		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1109 / 1111	Ant. Rua General Câmara, 319/321		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1113/115/117	Ant. Rua General Câmara, 323		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1123	Ant. Rua General Câmara, 329		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1127	Ant. Rua General Câmara, 331		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1131	Ant. Rua General Câmara, 333		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1133	Ant. Rua General Câmara, 335		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1135	Ant. Rua General Câmara, 337/339		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1149 / 1177	Ant. Lote 3 Quadra 15 do PA 7494 da Av. Presidente Vargas		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1183	Ant. Rua General Câmara, 353		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1187			
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1193			
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1197	Ant. Rua General Câmara, 359		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1203	Ant. Rua General Câmara, 361		
Rio de Janeiro	Centro	Vargas, Avenida, Presidente	1209	Ant. Rua General Câmara, 363		
					203.362.500,00	247.055.600,99

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os cinco setores produtivos com maior participação no bimestre Maio/Junho de 2011 equivalem a 58,64% do total arrecadado. São eles: Petróleo, combustíveis e gás natural; Telecomunicações; Energia Elétrica; Mercado lojas e magazines; e Metalurgia e Siderúrgica. A seguir, é apresentada uma análise de alguns desses setores econômicos e também do setor de Construção Civil:

- **Petróleo, Combustíveis e Gás Natural:** Com crescimento de 16,9% (+R\$ 289,01 milhões) no semestre, esse setor tem participação de 16,3% na arrecadação.

Com participação de 49,2% sobre o grupo, a atividade de refino de petróleo cresceu 38,4% no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano passado. Já as atividades de apoio a extração cresceu 260,5% no bimestre passando de R\$ 70,5 milhões em 2010 para R\$ 254,4 milhões em 2011. No acumulado o crescimento foi de 60,4%.

- **Mercados, Lojas e Magazines:** Cresceu nesse bimestre 25,1% e no acumulado até junho 15,3%. Dentro do setor, a atividade de supermercados, e hipermercados cresceu 13,1% no bimestre e 18,9% no acumulado e representa 39,8% dentro do setor. NOTA: Não há nenhum valor

- **Construção Civil:** Engloba obras como casas, edifícios, pontes, barragens, fundações, estradas, aeroportos e outras infraestruturas. A arrecadação vem acompanhando o comportamento econômico nacional e fluminense desse segmento em 2011. Com participação de 3,5% na arrecadação de ICMS a construção civil cresceu 45,6% (+R\$ 136,086 milhões) no acumulado.

A indústria de cimento, que vem a ser a base de toda cadeia produtiva, com participação de 15,3%, cresceu 7,6% no bimestre e 19,0% no acumulado

Tabela 9

**EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	part % 2011	var % 11/10	Contrib. para Cresc.
Petróleo, combustíveis e gás natural	22,00%	40,5%	37,5%
Telecomunicações	14,64%	14,7%	11,1%
Energia elétrica	11,62%	-4,6%	-3,3%
Mercados, lojas e magazines	5,42%	25,1%	6,4%
Metalurgia e siderurgia	4,95%	9,8%	2,6%
Bebidas	4,45%	22,1%	4,8%
Alimentação	4,10%	34,5%	6,2%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,59%	34,8%	5,5%
Têxtil e vestuário	3,58%	39,5%	6,0%
Veículos automotores	3,57%	1,3%	0,3%
Construção civil	3,47%	43,7%	6,2%
Química e petroquímica	2,72%	10,5%	1,5%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,59%	18,2%	2,4%
Madeira, papel e fumo	2,45%	10,8%	1,4%
Transportes gerais e armazenagem	1,85%	7,2%	0,7%
Eletroeletrônicos	1,83%	37,3%	2,9%
Outras atividades econômicas	1,52%	81,4%	4,0%
Comunicação e informação	1,45%	39,6%	2,4%
Máquinas e equipamentos em geral	1,00%	26,0%	1,2%
Móveis e utensílios	0,87%	37,7%	1,4%
Borracha e plástico	0,73%	-4,9%	-0,2%
Médico-hospitalar e odontologia	0,70%	-5,4%	-0,2%
Informática e óptico	0,57%	18,1%	0,5%
Editorial, gráfica e publicidade	0,31%	-41,6%	-1,3%
Total das atividades econômicas	100,0%	20,4%	100,0%

- **Energia Elétrica:** A arrecadação referente ao setor recuou 4,6% (-R\$ 23,89 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Com participação no ICMS de 11,62% esse setor pode apresentar variações sazonais ocasionadas pelas mudanças no consumo. No Ano o setor apresenta crescimento de 13,9% (+R\$ 118,20 milhões).

Tabela 10
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2010/2011**
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		part % 2011	var % 10/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		part % 2011	var % 11/10
	2010	2011			2010	2011		
Petróleo, combustíveis e gás natural	663,32	931,82	22,0%	40,5%	1.706,18	1.995,19	16,3%	16,9%
Telecomunicações	540,50	620,01	14,6%	14,7%	1.585,27	1.878,17	15,3%	18,5%
Energia elétrica	515,90	492,01	11,6%	-4,6%	1.590,96	1.709,16	13,9%	7,4%
Mercados, lojas e magazines	183,58	229,73	5,4%	25,1%	643,10	741,42	6,0%	15,3%
Bebidas	154,32	188,39	4,4%	22,1%	569,90	631,50	5,1%	10,8%
Alimentação	129,20	173,72	4,1%	34,5%	484,41	543,84	4,4%	12,3%
Metalurgia e siderurgia	191,16	209,83	5,0%	9,8%	481,73	531,91	4,3%	10,4%
Têxtil e vestuário	108,51	151,42	3,6%	39,5%	373,83	496,68	4,0%	32,9%
Veículos automotores	149,15	151,11	3,6%	1,3%	426,64	489,76	4,0%	14,8%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	112,93	152,18	3,6%	34,8%	384,00	450,00	3,7%	17,2%
Construção civil	102,11	146,74	3,5%	43,7%	298,59	434,68	3,5%	45,6%
Química e petroquímica	104,41	115,38	2,7%	10,5%	354,19	348,27	2,8%	-1,7%
Madeira, papel e fumo	93,61	103,77	2,5%	10,8%	298,89	333,40	2,7%	11,5%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	92,77	109,62	2,6%	18,2%	286,99	326,65	2,7%	13,8%
Transportes gerais e armazenagem	73,03	78,30	1,8%	7,2%	277,25	234,14	1,9%	-15,6%
Eletroeletrônicos	56,36	77,40	1,8%	37,3%	198,41	224,93	1,8%	13,4%
Comunicação e informação	44,14	61,62	1,5%	39,6%	140,41	182,61	1,5%	30,1%
Outras atividades econômicas	35,51	64,42	1,5%	81,4%	95,99	171,96	1,4%	79,1%
Máquinas e equipamentos em geral	33,70	42,46	1,0%	26,0%	108,25	131,69	1,1%	21,7%
Móveis e utensílios	26,70	36,76	0,9%	37,7%	84,87	116,09	0,9%	36,8%
Borracha e plástico	32,65	31,07	0,7%	-4,9%	101,19	88,08	0,7%	-13,0%
Médico-hospitalar e odontologia	31,54	29,83	0,7%	-5,4%	88,72	84,60	0,7%	-4,6%
Informática e óptico	20,49	24,20	0,6%	18,1%	69,23	73,96	0,6%	6,8%
Editorial, gráfica e publicidade	22,54	13,16	0,3%	-41,6%	56,18	49,59	0,4%	-11,7%
Total das atividades econômicas	3.518,16	4.234,95	100,0%	20,4%	10.705,17	12.268,29	100,0%	14,6%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no bimestre atingiu a marca de R\$ 1.913,48, que implica crescimento de 1,3% (+R\$ 24,20 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior. A alta é explicada pelo aumento das receitas de aplicações financeiras (+R\$ 38,47 milhões), demais receitas patrimoniais (+R\$ 29,47 milhões) e receitas de petróleo (+R\$ 27,93 milhões), as quais, juntas,

A Receita Patrimonial cresceu 1,3% em relação ao bimestre do ano anterior. A alta é explicada pelo aumento das receitas de aplicações financeiras, das demais receitas patrimoniais e as receitas provenientes do petróleo. Expurgando o efeito de Marlim, houve crescimento de 53,2% da Receita Patrimonial em relação a 2010.

compensaram a queda observada nas receitas de CFT (-R\$ 72,27 milhões). No acumulado, entretanto, houve redução de -1,1% (-R\$ 50,70 milhões) nas receitas patrimoniais, resultado influenciado pelo acerto de Marlim em 2010, como explicitado no item abaixo.

– **Petróleo:** As receitas de petróleo tiveram alta de R\$ 27,93 milhões (+1,8%) no bimestre, consequência do aumento de R\$ 69,62 milhões na receita dos *Royalties*. Contudo no acumulado essa rubrica apresenta queda de 9,0% (-R\$ 322,38 milhões). Todavia esse decréscimo era esperado, já que no ano anterior incluiu a receita extraordinária do campo de Marlim no valor de R\$ 640,48 milhões. Expurgando-a, as receitas de Petróleo aumentaram 10,8%.

Royalties: Sobre os *Royalties*, verifica-se crescimento de 19,4% (+R\$ 69,62 milhões) no bimestre e 12,6% (+R\$ 130,49 milhões) de janeiro a junho. Este resultado é reflexo do aumento do preço do barril em 39,8% na comparação entre os anos, o que acabou por compensar a redução da taxa de câmbio (-8,0%) e da produção (-7,6%).

Participação Especial: sofreu redução de 3,5% no bimestre. Porém, conforme indicado, esta receita incluiu o ganho extraordinário de R\$ 216,32 milhões do acerto de Marlim em 2010. Não considerando esta receita o crescimento foi de 18,02%. No acumulado a receita deduziu em 17,7% (-R\$ 453,13 milhões). Desconsiderando Marlim houve crescimento de 9,8% (+R\$ 187,35 milhões).

– **CFT:** Nos primeiros seis meses de 2011 o crescimento foi de 18,9% (+R\$ 165,99 milhões). O fluxo de receita dos CFT foi programado para ser decrescente, encerrando-se em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando grande parte da receita para 2011 com seu fim já em 2012. Desta forma, a receita a ser verificada em 2011 será maior que a de 2010.

Tabela 11

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA PATRIMONIAL	1.889,28	1.913,48	1,3%	4.770,14	4.720,04	-1,1%
Petróleo	1.544,23	1.572,16	1,8%	3.596,91	3.274,53	-9,0%
Royalties	358,86	428,48	19,4%	1.034,93	1.165,42	12,6%
Part. Especial	1.184,95	1.143,14	-3,5%	2.560,77	2.107,63	-17,7%
FEP	0,43	0,55	28,4%	1,21	1,48	22,2%
CFT's	217,21	144,94	-33,3%	878,82	1.044,81	18,9%
Aplic. Financeiras	95,12	134,19	41,1%	231,36	297,83	28,7%
Demais Rec. Patrimoniais	32,72	62,18	90,1%	63,05	102,87	63,2%

Tabela 12

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2010	2011		2010	2011	
Produção (milhões de bbl)	101,46	92,22	-9,1%	198,39	183,28	-7,6%
Brent (US\$/bbl)	81,79	118,95	45,4%	78,37	109,54	39,8%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,77	1,62	-8,4%	1,79	1,65	-8,0%

– **Receitas Financeiras:** Registraram aumento de 41,1% (+R\$ 39,07 milhões) no bimestre. Este crescimento se deve principalmente ao aumento de 28,95% da taxa SELIC, que passou de 9,5% no 3º bimestre de 2010 para 12,25% no mesmo período de 2011. O aumento do saldo das aplicações também influenciou no resultado. Somente na conta do DETRAN o saldo mensal tem girado em R\$ 320 milhões. No acumulado o crescimento foi de 28,5% (+R\$ 65,86 milhões).

III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado neste semestre sofreu acréscimo de R\$ 340,94 milhões (+13,6%) em relação ao mesmo período de 2010. A justificativa reside no aumento das receitas de transferências da União (+22,9%) e do FUNDEB (+9,6%), que juntas representam 97,66% do total transferido em 2011.

III.1.3.1. Transferências da União

Representaram, no semestre, 54,06% do total e somaram R\$ 993,61 milhões. Os repasses de FPE, IPI-exp, SUS e Salário Educação foram os principais repasses feitos pela União nesse bimestre representando 86,34% do total. Isso também se reflete no bimestre.

- **FPE:** Com crescimento de 22,8%, essa rubrica alcançou no bimestre R\$ 169,67 milhões de reais. No acumulado o crescimento foi de 29,1%, atingindo o patamar de +R\$ 108,2 milhões. Com o crescimento das receitas da União os repasses feitos nesta rubrica também crescem. O IR e o IPI que são as receitas que compõem o fundo, aumentaram 25,8% e 23,8%, respectivamente, em relação a 2010¹⁸.

- **IPI-EXP:** Como indicado na Tabela 13, o crescimento, até junho foi 41,9% (+R\$ 108,70). Contudo, no bimestre, aumentou 30,4% (+R\$ 27,23 milhões), fruto do bom desempenho da economia nacional, do aumento da

Tabela 13

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	879,63	977,41	11,1%	2.503,77	2.844,71	13,6%
Transf da União	440,46	544,30	23,6%	1.251,05	1.537,91	22,9%
FPE	138,14	169,67	22,8%	371,10	479,12	29,1%
IPI exp	89,58	116,81	30,4%	259,52	368,22	41,9%
IOF	0,01	0,00	-18,4%	0,01	0,02	77,5%
CIDE	0,00	0,00	-	46,21	48,56	5,1%
SUS	120,78	89,43	-26,0%	325,64	301,26	-7,5%
Salário Educação	45,67	52,69	15,4%	152,88	179,18	17,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	42,89	42,89	0,0%
Demais Transf. da União	31,99	101,40	217,0%	52,80	118,66	124,7%
FUNDEB	404,54	410,66	1,5%	1.131,52	1.240,18	9,6%
Convênios	33,94	22,09	-34,9%	120,17	56,06	-53,4%
Outras Transf. Corr.	0,69	0,36	-47,7%	1,04	10,56	918,0%

¹⁸ Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br>

arrecadação federal, citada acima e do coeficiente de participação do Rio de Janeiro nesta transferência (+12,46%) em 2011 em relação ao ano anterior. Também contribuiu a desoneração deste tributo para produtos como: automóvel (carros flex) e motocicleta (até março/2010); caminhões, construção civil e bens de capital (até junho/2010) e a linha branca até final de janeiro de 2010 (Fonte: Ministério da Fazenda – RFB).

– **SALÁRIO EDUCAÇÃO:** Com R\$ 52,69 milhões e R\$ 179,18 milhões arrecadados, esta receita teve crescimento de 15,4% e 17,2%, no bimestre e no acumulado respectivamente, em relação ao ano passado. Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios. Apesar da queda do coeficiente de participação do Estado de 1,06%, o aquecimento da economia brasileira aumentou o número de empregados registrados até junho de 2011 em 6,06%¹⁹, o que refletiu na folha de pagamento das empresas e aumentou o volume de recursos recolhido.

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-1,86%), estas transferências tiveram incremento de 9,6% no acumulado do ano resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

– **FUNDEB:** As receitas deste fundo equivaleram no acumulado a 43,60% do total de transferências. O total arrecadado no bimestre foi de R\$ 410,66 milhões, que implica acréscimo de 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 6,12 milhões). A tendência de crescimento é representada também no acumulado, cujo aporte total foi de 9,6% (+R\$ 108,67). Esse desempenho está relacionado à queda nas receitas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, em 239 e 330 milhões no bimestre e 253 e 370 milhões no acumulado respectivamente (mais detalhes na seção III.1.4). Adicionalmente, houve a diminuição do coeficiente de retorno do FUNDEB²⁰ ao

¹⁹ Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas com carteira de trabalho assinada, no trabalho principal da semana de referência, por regiões metropolitanas (inclusive trabalhos domésticos) – IBGE.

²⁰ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,395999089041 em 2010 para 0,38863487778 em 2011 (-1,86%). Dados disponíveis no site: www.fn.de.gov.br

Estado em 1,86% entre 2010 e 2011. No entanto, essas reduções foram compensadas pelo bom desempenho da arrecadação estadual.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram decréscimo de 57,9% no bimestre em relação ao ano passado (-R\$ 609,40 milhões). No acumulado a queda foi de -34,3% (-R\$ 653,78 milhões). Este desempenho negativo é reflexo da queda das receitas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, que juntas tiveram uma redução de -R\$ 622,45 milhões.

Tabela 14

NOTA: A Tabela ao lado está sem numeração

– **Receita de Contribuições:** no bimestre houve redução de R\$ 5,90 milhões. A aparente redução no bimestre diz respeito à adequação do fluxo de caixa do Tesouro Estadual frente suas despesas, o que acarretou atraso no repasse ao RIOPREVIDÊNCIA. No entanto, no acumulado do ano, houve incremento de 1,6%. O acréscimo está concentrado no âmbito dos servidores civis inativos e no Fundo de Saúde Militar.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** ambas as receitas exibiram redução no período: -R\$ 252,55 milhões (-54,8%) e -R\$ 369,91 (+78,8%), respectivamente. Esses resultados são efeito do REFIS estadual, que permitiu o pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, levou ao aumento da quitação da dívida até 31 de maio de 2010, à vista, com benefícios no recolhimento de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa.

A queda de 15,7% das receitas de Indenizações e Restituições (-R\$ 12,97 milhões) é consequência basicamente da redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado. Esta rubrica teve receita elevada nos primeiros meses de 2010 devido à transição de

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.052,63	443,22	-57,9%	1.908,23	1.254,45	-34,3%
Receita de Contribuições	151,76	145,86	-3,9%	468,87	476,27	1,6%
Receita Agropecuária	0,06	0,05	-9,4%	0,07	0,08	3,6%
Receita Industrial	0,01	0,07	427,6%	2,51	0,15	-94,1%
Receita de Serviços	51,42	58,38	13,5%	142,12	153,32	7,9%
Multas e Juros de Mora	315,98	77,14	-75,6%	461,13	208,59	-54,8%
Indenizações e Restituições	37,77	32,32	-14,4%	82,62	69,65	-15,7%
Dívida Ativa	368,16	38,48	-89,5%	469,39	99,48	-78,8%
Receitas Diversas	127,46	90,93	-28,7%	281,52	246,92	-12,3%

servidores entre regimes, autorizada pela Constituição Federal em 1988.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital – aquelas que alteram o patrimônio duradouro do estado – tiveram queda de R\$ 433,45 milhões em relação ao ano pretérito. Mesmo com o efeito de incremento nas receitas de Alienação de Bens e Transferências de Capital, as Operações de Crédito foram o grande motivador na queda das Receitas de Capital, pois seu desempenho foi inferior em 91,9% em relação ao primeiro semestre do exercício anterior.

As operações de crédito caíram -93,4% (-R\$ 845,46 milhões) no bimestre. O resultado superior em 2010 nas operações de crédito esta concentrado em empréstimo obtido junto ao Banco Mundial. Esses recursos foram contraídos através do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro. O valor inferior do exercício corrente se deve ao fato das principais operações de crédito do ano terem sofrido atrasos em função de burocracias da STN, transferindo-as para o mês de agosto, quando será notado um melhor desempenho.

As transferências de capital apresentaram, no acumulado, desempenho de +69,7% (+R\$ 194,98 milhões). Na comparação bimestral ocorreu decréscimo de R\$ 120,81 milhões (-54,5%) em relação ao mesmo período de 2010. Isto se deu basicamente pela redução, no bimestre, das transferências federais para a cobertura do desastre na Região Serrana causada pelas chuvas do início do ano. Já no acumulado o efeito se mantém positivo.

A receita da rubrica “Alienação de Bens” foi de R\$ 4,41, e R\$ 251,30 milhões, no bimestre e no acumulado, respectivamente. O grande impacto no acumulado foi por conta da venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA.

Tabela 15

RECETA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITAS DE CAPITAL	1.151,90	189,90	-83,5%	1.320,06	886,62	-32,8%
Operações de Crédito	905,43	59,98	-93,4%	961,42	77,66	-91,9%
Alienação de Bens	0,80	5,21	548,4%	0,80	252,11	31.267,7%
Amortiz. de Empréstimos	24,12	23,97	-0,6%	78,15	82,19	5,2%
Transf. de Capital	221,55	100,74	-54,5%	279,69	474,67	69,7%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00%

BOX 02 – PANORAMA ECONOMICO DO ESTADO.

A produção da indústria geral nacional cresceu (+9,4%) no mês de maio em relação a abril. Esse crescimento foi puxado pela produção da indústria de transformação nacional (+9,6%). Já o estado do rio de janeiro, apesar do índice de produção também crescer (+1,0%), teve uma variação mais lacônica. Vale observar que em abril o índice de produção da indústria geral nacional diminuiu em relação a março (-6,6%), enquanto o índice fluminense aumentou (3,0%). Dessa forma, o forte crescimento da produção nacional em maio se deve à queda do índice em abril. Ao comparar maio de 2011 a março de 2011, a indústria geral nacional cresceu 2,1%, ao passo que a indústria geral fluminense cresceu 4,0%.

Quanto à atividade no comércio, as vendas do varejo cresceram no país e no RJ (+2%, em média) no mês de maio em relação ao mês anterior. Pelo caráter sazonal do índice, a comparação de maio de 2011 com maio de 2010 revela que a atividade deste setor no país, e no RJ, cresce acima dos 10%.

O indicador de vendas do comércio varejista considera a receita nominal do setor, sendo necessário apontar que, para o período de maio de 2010 a maio de 2011, a inflação estadual foi de 6,5%. De acordo com o ipc-di brasil, a inflação no mesmo período foi de 6,4%.

O nível de atividade também pode ser medido pela população economicamente ativa (PEA). Este indicador no Brasil cresceu 1,4% no terceiro bimestre de 2011 em relação ao mesmo bimestre do ano anterior; para este mesmo período, a pea do rio de janeiro aumentou 1%. A variação mensal deste indicador para o país, desde dezembro de 2010, tem sido constante (desvio padrão de 0,002).

Quanto ao desemprego, o índice no brasil se manteve constante no primeiro semestre de 2011 (desvio padrão de 0,0015). Já no estado do rio de janeiro, esse índice de desemprego aumentou no terceiro bimestre de 2011 em relação ao anterior; entretanto, quando comparado ao terceiro bimestre de 2010, o índice está menor (-12%).



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		mai/11	jun/11	mai/11	jun/11
Produção na Indústria Geral (1) (9)	BR	9,4%	-	2,7%	-
	ERJ	1,0%	-	0,8%	-
Produção na Indústria Extrativa (1) (9)	BR	5,5%	-	3,0%	-
	ERJ	2,0%	-	-10,0%	-
Produção na Indústria de Transformação (1) (9)	BR	9,6%	-	2,7%	-
	ERJ	0,8%	-	3,5%	-
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	1,6%	-	10,7%	-
	ERJ	2,2%	-	12,7%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		mai/11	jun/11	mai/11	jun/11
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,5%	-0,2%	6,4%	6,4%
	ERJ	0,4%	-0,2%	6,5%	6,4%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		mai/11	jun/11	mai/11	jun/11
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,4%	-0,4%	1,3%	1,4%
	ERJ	1,3%	-1,2%	1,3%	0,6%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	0,3%	-	4,3%	-
	ERJ	-4,0%	-	5,3%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	1,3%	-1,4%	-2,8%	-4,6%
	ERJ	0,7%	0,0%	-2,8%	-7,7%
Empregado com carteira (7)	BR	-0,4%	0,1%	5,7%	6,1%
	ERJ	0,5%	-0,8%	5,5%	5,3%
DESEMPREGO		mai/11	jun/11	mai/10	jun/10
Taxa de Desocupação (8)	BR	6,4	6,2	7,5	7,0
	ERJ	5,4	5,3	6,3	5,8

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de junho de 2011. PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa

Ao final do primeiro semestre a despesa inicial de R\$ 56,21 bilhões, fixada na Lei nº 5.858/2011, já atinge R\$ 58,46 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,24 bilhões, assim distribuído: R\$ 321,50 milhões são recursos do Tesouro e R\$ 1,92 bilhão são originários de convênios e da arrecadação própria da administração indireta. Cerca de 57,14% desses recursos adicionais (R\$ 2,24 bilhões) foram destinados à SEOBRAS e ao Rioprevidência, que receberam, respectivamente, +R\$ 775,62 milhões de recursos de convênios e de operações de crédito e +R\$ 505,27 de superávit financeiro de recursos próprios da Autarquia. Os recursos adicionais da SEOBRAS, dentre outras destinações, vieram reforçar dotações do Programa Somando Forças, implementado em parceria com os municípios (R\$ 438,05 milhões), a recuperação da região serrana (R\$ 122,4 milhões) e o contorno de Volta Redonda (R\$ 20 milhões).

A Tabela 16 demonstra a distribuição dos recursos por Poder, onde se visualiza também o aumento da dotação de cada um dos Poderes: R\$ 1,96 bilhão no Poder Executivo e R\$ 278,07 milhões nos demais Poderes.

No âmbito dos recursos do Tesouro, basicamente o acréscimo é proveniente de Operações de Crédito (R\$ 264,07 milhões), sendo R\$ 242,97 milhões, em continuidade ao contrato firmado com a CEF, operação assumida pelo Estado para atender à parcela que lhe cabe, a título de contrapartida do PAC, especificamente nas obras das comunidades da Rocinha, Alemão e Manguinhos. Outros R\$ 18 milhões, se referem à operação contratada com o BNDES, para expansão do Metrô, nesse caso, finalização das obras da estação General Osório e R\$ 3,10 milhões referem-se a superávit financeiro de 2010 da operação de crédito para financiamento da Patrulha Mecanizada. Os restantes R\$ 57,43 milhões são provenientes do excesso de

O orçamento previsto para 2011 é de R\$ 58,46 bilhões, 14,62% maior que 2010. No entanto, mantendo a postura conservadora, ainda permanecem contingenciados R\$1,38 bilhão.

arrecadação identificado nas receitas de Royalties e Participação Especial, estimado segundo a tendência do exercício, e destinado basicamente ao FECAM.

Do expressivo montante referente às demais Fontes de Recursos (R\$ 1,92 bilhão), R\$ 791,89 milhões suplementaram dotações financiadas com recursos de convênios, aí incluídos R\$ 135,56 milhões de saldos financeiros não utilizados em 2010, embora repassados com destinação específica. Desse valor, R\$ 89,03 milhões, de transferência voluntária do FNDE, deixaram de ser gastos pela SEEDUC em reforma de unidades escolares. Os restantes R\$ 46,53 milhões estão distribuídos para diversas Unidades Orçamentárias, dentre outras, o DEGASE, com R\$ 7,49 milhões, a SETRANS, com R\$ 7,11 milhões e o DETRAN, com R\$ 2,74 milhões, valores esses que deveriam ter sido aplicados, respectivamente, em reforma de unidades do DEGASE, melhoria do sistema metroviário e em ações de educação para o trânsito.

Ainda no âmbito das transferências voluntárias, incorporação de superávits financeiros e novos convênios firmados reforçaram o orçamento em R\$ 656,33 milhões, dos quais R\$ 473,2 milhões suplementaram dotações da SEOBRAS. Esse acréscimo ocorreu basicamente nos dois primeiros bimestres, conforme já comentado na edição anterior deste Boletim. No terceiro bimestre o acréscimo foi de apenas, R\$ 20,38 milhões, igualmente na SEOBRAS, recursos da CEDAE destinados à contrapartida de Ações de Saneamento financiadas com operações de crédito junto à CEF.

Esses valores aumentaram a dotação inicialmente prevista nas fontes de convênios para R\$ 3,58 bilhões. Se avaliada a receita já realizada, observa-se que, findo o primeiro semestre, a mesma não se apresenta compatível com o orçamento previsto. Foram realizados apenas 23,8% deste montante (R\$ 784,52 milhões).

Nas demais fontes de recursos, o aumento no período janeiro-junho foi de R\$ 1,07 bilhão, pela incorporação de

Neste 1º semestre, recursos provenientes de convênios novos e de superávit financeiro de 2010 reforçaram o orçamento da SEOBRAS em R\$493,40 milhões, dos quais R\$122,4 para intervenções na Região Serrana.

As receitas realizadas nas fontes de convênios ainda não se apresentam em ritmo compatível com os valores pactuados para o ano. Neste 1º semestre foram realizados apenas 23,8% desta receita.

superávit financeiro/2010, em sua maior parte recursos próprios diretamente arrecadados. Desse valor, R\$ 268,07 milhões pertencem ao Tribunal de Justiça e R\$ 505,27 milhões, ao Rioprevidência, este último incorporado neste terceiro bimestre. Reforçando ainda o orçamento de 2011, identificam-se outros valores em diversas unidades orçamentárias dentre elas, o FREMF (R\$ 68,66 milhões), o FUNDRHI (R\$ 54,95 milhões), o DETRAN (R\$ 31,98 milhões), a PGE (R\$ 28,02 milhões), a Junta Comercial (R\$ 20,09 milhões) e a Defensoria (R\$ 11,7 milhões).

O Governo permanece mantendo, no âmbito das dotações do Poder Executivo, recursos contingenciados no valor de R\$ 1,38 bilhão, postura conservadora adotada desde o início do exercício, consequência do acréscimo de receita aprovado pelo Poder Legislativo.

No próximo bimestre, julho/agosto, a venda de ativos ao Bradesco e a recente revisão da estimativa da receita, fatos que ocorreram no mês de julho, aumentarão o poder de gasto do orçamento pelo descontingenciamento de recursos a ser suportado financeiramente pelo acréscimo de receita.

O disponível atual é de R\$ 57,14 bilhões, cuja liberação para efeito de empenho ocorre trimestralmente, em percentuais estabelecidos no Decreto que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício, cabendo ao órgão estabelecer suas prioridades.

Pode-se afirmar que a cota orçamentária, executada de acordo com o planejamento do órgão, associada ao mecanismo da cota financeira para emissão de Programação de Desembolso, vem produzindo resultados positivos na manutenção do equilíbrio orçamentário-financeiro, comentado na parte inicial deste Boletim no item II.1, que trata dos Resultados Fiscais, especificamente o Resultado Orçamentário.

Tabela 16
**EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-JUN 2010 / JAN-JUN 2011**

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 1º SEMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 3º TRIM*	EMP. 1º SEM	LIQ. 1º SEM
2010	DESPESA SEM INTRA	41.562	44.720	71	44.649		23.701	20.630
	DESPESA INTRA	1.586	1.605		1.605		760	708
	DESPESA TOTAL	43.148	46.325	71	46.254	38.862	24.461	21.337
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	51.798	1.312	50.486		24.693	22.667
	DESPESA INTRA	1.771	1.768		1.768		863	827
	DESPESA TOTAL	51.597	53.566	1.312	52.254	44.361	25.557	23.494
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 1º SEMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 3º TRIM**	EMP. 1º SEM	LIQ. 1º SEM
2010	DESPESA SEM INTRA	3.985	4.171		4.171		2.404	1.813
	DESPESA INTRA	271	382		382		268	185
	DESPESA TOTAL	4.256	4.553		4.553		2.672	1.998
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.558		4.558		2.966	2.063
	DESPESA INTRA	349	336		336		192	138
	DESPESA TOTAL	4.617	4.895		4.895		3.159	2.201

Posição SIG/SIAFEM: 20/07/2011

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

No período janeiro-junho, no âmbito do Poder Executivo, a despesa empenhada representou 55,66% da cota liberada e a despesa liquidada, 51,09%, execução compatível com o período em análise. Esses percentuais justificam as colocações apresentadas no parágrafo anterior e atestam a regularidade da execução orçamentária. Em 2010 esses percentuais de despesa empenhada e despesa liquidada, foram, respectivamente, 60,98% e 53,08% comparando os mesmos parâmetros no mesmo período. (Tabela 16).

Ainda no âmbito do Poder Executivo, a execução do 1º semestre de 2011 foi maior que a de 2010 em R\$ 992,31 milhões (+4,19%). A relação despesa liquidada/despesa empenhada, melhora em 2011 (91,79% contra os 87,04% em 2010). A redução do intervalo entre essas duas fases

da despesa aponta para maior celebridade no processo de execução orçamentária.

Já nos Outros Poderes o cenário é diferente. A relação despesa liquidada/despesa empenhada em 2011 é de 69,55%, diferença explicada pela emissão de empenhos globais, metodologia que compromete de uma só vez maior volume de recursos, embora a liquidação ocorra mensalmente. Esse mecanismo, não deixa de ser correto, à medida que indisponibiliza o montante da dotação necessária para o cumprimento dos compromissos já assumidos. Essa metodologia é utilizada no comprometimento dos gastos de custeio desses órgãos e também no empenho da despesa de pessoal do Ministério Público, cujos valores empenhados são superiores ao dobro do montante liquidado. Analisando ainda os valores da Tabela 17 no âmbito dos Outros Poderes, a despesa empenhada apresentou incremento de R\$ 119,69 milhões, (+185,40%) em relação à igual período em 2010.

Sob a ótica da origem dos recursos o financiamento de todas essas despesas é realizado por diferentes fontes, discriminadas na Tabela 17 ao lado.

Observa-se que a maior parcela da despesa, 54,55% (R\$ 13,49 bilhões) foi financiada com recursos provenientes de Impostos (ICMS, IPVA e ITD), sendo que as despesas não discricionárias requereram 46,72% desse valor (Transferências aos Municípios e ao FUNDEB)

Neste primeiro semestre de 2011, quando comparado a igual período de 2010, a despesa total realizada aumentou 10,19% (+R\$ 2,28 bilhões). Em relação ao bimestre anterior (março-abril) o crescimento no bimestre maio-junho foi de R\$ 12,41 bilhões, compensando a baixa execução do bimestre anterior. No próximo bimestre, a repercussão financeira da revisão da estimativa da Receita, comentada anteriormente, deverá elevar a média mensal do gasto, que no semestre se situou no patamar de R\$ 4,00 bilhões/mês.

Tabela 17

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2010/ JAN-JUN 2011

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1º SEM 2010	1º SEM 2011	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	16.567	17.825	7,6%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	11.754	13.491	14,8%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	536	124	
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)**	2.214	1.770	-20,0%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	165	96	-41,9%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	279	721	158,7%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	164	529	223,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	461	53	-88,5%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	942	988	4,9%
DEMAIS FONTES*	53	52	-1,6%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	5.876	6.905	17,5%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRECTA (FR 10)	4.394	5.264	19,8%
CONVÊNIOS	364	430	18,0%
FUNDEB (FR 15)	799	923	15,5%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	234	177	-24,3%
DEMAIS FONTES**	85	111	30,9%
TOTAL GERAL	22.443	24.730	10,2%

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

** Em 2010 a FR 04 inclui as despesas financiadas com recursos provenientes de Marlim.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM:20/07/2011

Analisando de forma isolada as despesas financiadas com recursos do Tesouro, o aumento foi de 7,59% (+R\$ 1,25 bilhão), pequena variação em relação a igual período de 2010. Em parte, por força do contingenciamento imposto neste início do exercício nas dotações financiadas com recursos não vinculados, mas, também, pelo fato de que nas demais fontes de recursos a variação negativa acompanha a execução da receita, com exceção do Salário Educação. O expressivo aumento percentual registrado nas despesas financiadas com transferências constitucionais da União, recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE (FR 06) +R\$ 442,33 milhões e de outras Transferências da União Provenientes de Impostos (FR 07) +R\$ 365,47 milhões, se dá por conta da alocação desses recursos, basicamente, em despesas não discricionárias, especificamente, pagamento do serviço da dívida, que segue rígido cronograma de pagamento, muito embora a despesa represente apenas 7,01% da despesa financiada com recursos do Tesouro que, em valores absolutos, totaliza R\$ 1,25 bilhão.

Diferente de 2010, a aplicação de recursos provenientes de operações de crédito ainda se mantém muito modesta, reflexo da receita realizada no período (R\$ 77,6 milhões), ficando a despesa realizada em 68,29% do valor arrecadado. Esse cenário deverá assumir outro perfil, a partir do segundo semestre, por conta não só da incorporação de superávit financeiro 2010, saldo das operações contratadas e não aplicadas naquele exercício, como também pela entrada de recursos de novas operações de crédito já aprovadas junto ao Banco Mundial para Políticas de Desenvolvimento.

Com recursos de convênios foram gastos R\$ 430,12 milhões, dos quais R\$ 117,57 milhões são convênios intra-orçamentários, firmados entre o DETRAN e a Secretaria de Segurança. Os restantes R\$ 312,54 milhões são oriundos, basicamente, da Caixa Econômica e do BNDES, e a SEOBRA foi responsável pela aplicação de cerca de 50% desse valor: R\$ 63,38 milhões em convênios com os municípios, R\$ 32,45 milhões na Região Serrana, R\$

37,79 em obras do PAC nas comunidades do Alemão e da Rocinha e R\$20,42 milhões no Arco Rodoviário. Os recursos do FUNDEB financiaram basicamente gastos de pessoal, conforme legislação vigente, o que requereu R\$ 838,01 milhões do R\$ 1,24 bilhão arrecadado.

A aplicação de recursos do SUS ainda se mantém modesta. Foram aplicados R\$ 176,83 milhões, pouco mais de 58% da receita realizada no semestre (R\$ 301,26 milhões). A disponibilidade financeira, somada ao superávit de 2010 ainda não incorporado (R\$ 217,18 milhões) atinge R\$ 518,44 milhões.

A Tabela 18 mostra a despesa realizada segundo sua destinação por Grupo de Despesa e por Poder, observando-se que, percentualmente, o crescimento da despesa do semestre, em relação a 2010, foi maior no âmbito dos gastos dos demais Poderes, 13,81%, contra 9,88% do Executivo.

Tabela 18
**DESPESAS POR GRUPO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-JUN2010 / JAN-JUN 2011**

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	R\$ MIL		
		2010 JAN-JUN	2011 JAN-JUN	VAR %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.223.770	5.932.054	13,56%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	3.772.928	4.329.490	14,75%
	1.2 - OUTROS PODERES	1.450.842	1.602.564	10,46%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.144.884	1.232.163	7,62%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.884.007	15.644.043	12,68%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	3.054.603	3.475.602	13,78%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	2.740.966	3.113.389	13,59%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	313.637	362.213	15,49%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	3.727.321	4.354.889	16,84%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	7.102.083	7.813.553	10,02%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.489.822	1.509.729	1,34%
3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.005.729	2.214.882	10,43%	
3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	3.606.532	4.088.942	13,38%	
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.646.192	1.084.651	-34,11%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.601.348	986.820	-38,38%
	4.1.1- RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS (MARLIN)	460.059		
	4.2 - OUTROS PODERES	44.843	97.831	118,16%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	32.245	59.032	83,07%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	511.488	778.311	52,17%	
TOTAL GERAL		22.442.586	24.730.254	10,19%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 20/07/2011

O aumento de 14,75% na despesa com Pessoal e Encargos do Poder Executivo (+R\$ 556,56 milhões) reflete a melhoria salarial do funcionalismo concedida em julho/2010. Na esteira do reajuste salarial dos servidores, ativos, considerável incremento verifica-se nos gastos com inativos, e pensionistas que, aumentaram 16,84% (+R\$ 627,58 milhões), que, embora classificados como outras despesas correntes são inerentes a pessoal, e contribuem para que e a variação do período passe para +31,59% (+ R\$ 1,18 bilhão). Anualizado esse aumento, o resultado ao final do exercício deverá ultrapassar R\$ 2,3 bilhões. Neste semestre a despesa com inativos já supera a dos servidores ativos em pequeno percentual.

Nas despesas correntes vale analisar, de forma isolada, os gastos de custeio, despesas discricionárias que respondem às demandas da população e pagam a manutenção de todos os órgãos fim e meio. Nos demais Poderes a variação de +15,47% supera a do Executivo que registrou +13,78%.

No Poder Executivo, os gastos de custeio do período somaram R\$ 3,11 bilhões. Em relação à igual período de 2010, o incremento foi de +R\$ 372,32 milhões, sendo que o aumento do Bilhete Único absorveu 30,73% desse valor (R\$ 114,46 milhões). A despesa acumulada do Programa neste primeiro semestre de 2011 já atinge R\$ 163,59 milhões, contra R\$ 49,13 milhões em 2010, registrando-se expressivo incremento impulsionado pelo aumento do quantitativo de transações, cerca de 26 milhões/mês. Em outras áreas estratégicas do Governo como educação e saúde, as despesas de custeio do semestre requereram, respectivamente, R\$ 1,56 bilhão e R\$ 668,45 milhões, incluídos, em educação, R\$ 77,3 milhões do retorno do FUNDEB e R\$ 95,84 do Salário Educação e, na saúde, R\$ 150,64 milhões vinculados ao SUS – Sistema Único de Saúde. No custeio da Segurança, que inclui o sistema prisional e a defesa civil foram aplicados R\$ 446,47 milhões. Em despesas não discricionárias pagas em EGE - SEFAZ foram aplicados R\$ 7,8 bilhões, especificamente, transferências aos municípios e ao FUNDEB e em

Em relação a 2010, os gastos de custeio no semestre aumentaram R\$372,32 milhões impulsionados pela maior oferta de serviços à população, principalmente nas áreas de transportes, saúde, e segurança.

encargos com a União referente à devolução da antecipação de Royalties, pactuada em 1999, parte para capitalizar o Rioprevidência e parte para amortizar parcela da dívida quando da renegociação junto ao Governo Federal. Isoladamente o aumento do custeio nas três áreas fim apontadas, educação, saúde, e segurança foi de +8,27 %, +9,18% e +14,16% procurando responder à demanda da população pela otimização dos recursos e maior oferta de serviços nessas áreas, cuja aplicação segue comentada mais adiante.

O pagamento de despesas financeiras, juros e amortização, requereu neste primeiro quadrimestre mais 21,38% (+ R\$ 354,10 milhões), comentado em separado na última parte deste Boletim.

O expressivo decréscimo das despesas com investimentos não reflete a realidade do período. A correta análise exige que seja subtraído em 2010 o valor de R\$460,0 milhões referente ao cumprimento do contrato firmado entre o ERJ e o BB - Operação de Cessão de Direitos que antecipou receitas oriundas do acerto Marlim creditadas ao Estado em 2009, pagas em 2010. O resultado obtido corresponde, então, ao total aplicado em investimentos tradicionais (obras, equipamentos e instalações), R\$ 1,41 bilhão. Em 2011 foram investidos R\$ 986,82 milhões, menos 15,66% (R\$ 154,52 milhões), em parte por conta do DER cuja aplicação em 2011 foi menor (-R\$ 137,40 milhões). Em valores absolutos vale registrar o aumento de R\$ 51,76 milhões no TJ e de R\$ 41,69 milhões na RIOTRILHOS nas obras da Linha 4.

A aplicação dos recursos no bimestre por função de governo segue demonstrada na Tabela 19, cujo cenário não se modifica devido ao restrito poder discricionário do Estado, já comentado anteriormente. O maior comprometimento continua sendo requerido pela Função Encargos Especiais (36,47%), seguida da Previdência (18,18), Educação (11,62%) e Saúde (5,77%).

Embora em valores absolutos o valor não seja significativo, a maior variação percentual, no período, está

O Bilhete Único, que vem atendendo um número cada vez maior de usuários, é responsável por boa parte da variação nas despesas de custeio. O valor gasto com o programa no 1º semestre de 2011 foi superior em R\$114,46 milhões quando comparado ao mesmo período de 2010.

Tabela 19

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
DESPESA LIQUIDADADA JAN-JUN 2010 / JAN-JUN 2011

DISCRIMINAÇÃO	1º SEM 2010	1º SEM 2011	Δ % 2010 /2011
ADMINISTRAÇÃO	573.399.103	707.080.567	23,3%
AGRICULTURA	93.718.508	80.117.622	-14,5%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	87.231.758	94.819.357	8,7%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	89.123.159	83.994.525	-5,8%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	108.641.141	96.258.535	-11,4%
COMUNICAÇÕES	102.641.166	56.380.683	-45,1%
CULTURA	67.757.519	60.804.387	-10,3%
DESPORTO E LAZER	34.215.292	46.496.897	35,9%
DIREITOS DA CIDADANIA	94.965.809	129.479.173	36,3%
EDUCAÇÃO	2.660.216.304	2.872.751.354	8,0%
ENCARGOS ESPECIAIS	8.455.664.004	9.018.554.645	6,7%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	588.222.599	637.158.283	8,3%
GESTÃO AMBIENTAL	147.691.286	156.592.172	6,0%
HABITAÇÃO	77.284.045	76.032.681	-1,6%
INDÚSTRIA	23.713.303	76.362.834	222,0%
JUDICIÁRIA	1.088.386.120	1.291.248.080	18,6%
LEGISLATIVA	397.534.726	430.014.986	8,2%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.267.190	2.942.162	29,8%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.795.494.578	4.497.052.414	18,5%
SANEAMENTO	15.503.841	20.347.514	
SAÚDE	1.306.414.937	1.381.850.276	5,8%
SEGURANÇA PÚBLICA	1.613.818.325	1.898.930.607	17,7%
TRABALHO	16.766.074	9.556.301	-43,0%
TRANSPORTE	638.383.760	637.752.374	-0,1%
URBANISMO	363.531.812	367.675.948	1,1%
TOTAL	22.442.586.358	24.730.254.375	10,2%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 20/07/2011

registrada na função Indústria (+222,0%) por conta de compromisso de compra e venda de terrenos para construção de distrito industrial sob a responsabilidade da CODIN, seguida do crescimento da aplicação de recursos em Desporto e Lazer refletindo o aumento do gasto no fomento ao esporte, Projeto Rio 2016, antes chamado SUDERJ EM FORMA, que vem se expandindo, inclusive pela instalação de novos núcleos em comunidades pacificadas. Áreas estratégicas de Governo, Segurança, Educação, e Saúde, em relação a 2010, aumentaram 17,7%, 8.0% e 5,8%, respectivamente.

IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²¹, FECAM²² e FEHIS²³.

As despesas vinculadas são oficialmente apuradas, para fins de cumprimento do índice constitucional, ao final de cada exercício financeiro. O limite mínimo²⁴ no caso da Educação e Saúde é determinado pela Constituição Federal e no caso da FAPERJ, FECAM e FEHIS, pela Constituição Estadual.

A fim de acompanhar o ritmo de execução dessas despesas, ao longo do ano, este item avalia os percentuais já aplicados nas áreas em questão, com as respectivas receitas base no 1º semestre de 2010 e 2011, demonstrados na Tabela 20.

Se avaliada a receita base de cada um dos índices, observa-se que o crescimento médio de todas elas, quando confrontados o 1º semestre de 2011 com o mesmo período de 2010, foi de 10,1%, demonstrando o bom comportamento da arrecadação do Estado nesse

Tabela 20

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- JUN 2010	JAN- JUN 2011
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	11.963.465	13.030.797
DESPESA LIQUIDADADA*	2.604.459	2.886.317
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	3.124.772	3.267.218
% ÍNDICE	21,77%	22,15%
SAÚDE		
RECEITA BASE	11.963.451	13.020.865
DESPESA LIQUIDADADA*	1.110.482	1.245.270
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.435.614	1.562.504
% ÍNDICE	9,28%	9,56%
FAPERJ		
RECEITA BASE	7.045.265	7.723.559
DESPESA LIQUIDADADA*	146.150	135.510
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	140.905	154.471
% ÍNDICE	2,07%	1,75%
FECAM**		
RECEITA BASE	2.807.191	3.110.993
DESPESA LIQUIDADADA*	67.783	60.550
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	172.383	155.550
% ÍNDICE	2,41%	1,95%
FEHIS		
RECEITA BASE	1.119.436	1.255.607
DESPESA LIQUIDADADA*	76.746	45.277
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	111.944	125.561
% ÍNDICE	6,86%	3,61%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

Posição SIG/SIAFEM: 20/07/2011

** A receita base de 2010 desconsidera os R\$210,7 milhões de receita de MARLIN

²¹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²² FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²³ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

²⁴ **Limites Mínimos:**

Educação: 25% e Saúde 12% das receitas provenientes de impostos e transferências.

FAPERJ, 2% da receita de impostos e transferências deduzidas às vinculações legais; FECAM, 5% da receita de Royalties e Participações Especiais; FEHIS, 10% da receita do Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

exercício. O maior incremento ficou por conta da arrecadação do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP), base de cálculo para aplicação dos recursos no FEHIS (+12,2%).

Na Educação e Saúde o crescimento um pouco mais modesto da receita base + 8,9% é reflexo da redução, em 2011, da arrecadação de Multas e Juros de Mora dos Tributos bem como da Dívida Ativa, tal fato justifica-se pela realização do REFIS (Programa de Recuperação Fiscal) no primeiro semestre de 2010 o que superestima a grandeza dessa parte da receita.

No âmbito da despesa, destaca-se a FAPERJ, com aplicação de recursos muito próxima (1,75%) do percentual mínimo exigido (2%). Tal fato é decorrente dos gastos com os projetos de desenvolvimento de estudos e pesquisas através da UENF, do apoio à pesquisa com estímulo a inovação tecnológica bem como do apoio à formação superior à distância CECIERJ.

No FECAM o ritmo de execução ainda é tímido, fato decorrente da baixa liquidação das despesas (R\$6,7 milhões) com o Projeto de Esgotamento Sanitário da Zona Oeste, cuja dotação prevista para o exercício é de R\$ 75 milhões. Os projetos já em execução estão centrados no controle de inundações, principalmente por conta da continuidade do Projeto PAC Iguaçu.

Em contraste com o bom desempenho apresentado pela FAPERJ, o FEHIS vem apresentando baixa execução em 2011, por conta principalmente da alocação de grande parte da dotação (70%) em programas do PAC II que ainda estão em fase inicial da implementação. Desta forma, os gastos com investimentos no âmbito do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social em 2011 tiveram queda de 40% com relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, as despesas de 2011 ficaram concentradas em despesas de custeio, principalmente com projeto de Realocação de Moradias e Assentamentos de População em Áreas Risco/Insalubre.

Na saúde, enquanto a receita base aumentou 8,84% a despesa cresceu 12,14%. Já na educação o crescimento da receita foi de 8,92% contra um aumento de 10,82% na despesa.



Os gastos com as áreas de Saúde e Educação, apesar de ainda não estarem no patamar do mínimo estabelecido, apresentaram incrementos da despesa superior ao crescimento da receita no primeiro semestre de 2011 quando comparado com o mesmo período de 2010. Na saúde, enquanto a receita base aumentou 8,84% a despesa cresceu 12,14%. Já na educação o crescimento da receita foi de 8,92% contra um aumento de 10,82% na despesa. Informações mais detalhadas a respeito do incremento da despesa nessas áreas poderão ser observadas nos Boxes a seguir.

BOX 03 – Evolução das Despesas com Educação a cargo da SEEDUC

Neste Box apresenta-se a evolução da despesa da Secretaria de Educação, órgão que gerencia cerca de 52,1% dos recursos alocados na Função Educação que, neste exercício de 2011, está passando por um processo de modernização da gestão, com a implantação de medidas voltadas para a melhoria do processo pedagógico com enfoque na valorização do profissional de educação e no aprimoramento da qualidade do gasto.

Com esse objetivo instituiu o Planejamento Estratégico e definiu metas de resultados para os projetos ali definidos, implantando diversas mudanças, dentre elas:

- Reorganização da infraestrutura das unidades escolares já existentes;
- Estabelecimento de Currículo mínimo para cada disciplina, com diretrizes institucionais sobre os conteúdos disciplinares;
- Estabelecimento de Processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica incluindo análise curricular, prova, entrevista e treinamento;
- Criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação. Essas seleções já resultaram na contratação de 28 diretores administrativos e pedagógicos e vários diretores.

Na área de recursos humanos, estão sendo implantadas ações voltadas para a atualização e valorização dos professores:

- Incorporação, de forma gradativa, da gratificação Nova-Escola ao salário dos professores e funcionários técnico-administrativos, beneficiando, inclusive, os inativos;
- Auxílio-transporte (instituído pelo Decreto nº 42.788/2011), cuja despesa liquidada no semestre foi de R\$30,45 milhões;
- Cartão Auxílio-Qualificação para formação de docentes. É concedido ao professor um cartão pré-pago, no valor de R\$500,00 para utilização em bens e serviços pedagógico-culturais;
- Escola SEEDUC – Centro de Formação da SEEDUC, cuja meta é certificar cerca de dez mil professores por semestre. Para atender a este programa foi adquirido um imóvel no valor de R\$987 mil, no bairro da Tijuca, que possui um auditório, duas salas de aula com capacidade para 30 alunos, quatro salas de trabalho, uma sala de multimídia e uma biblioteca.

Os quadros a seguir apresentam a evolução da despesa, aí incluídas todas as fontes de recursos, do período 2007- 1º semestre de 2011.

EVOLUÇÃO DA DESPESA LIQUIDADADA - 2007 A JUN/2011

GRUPO DE DESPESA	2007	2008	2009	2010	DISPONÍVEL 2011	JUN/2011	Δ % 2007 / 2011
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.527.362.186	1.756.609.993	1.841.324.194	2.054.815.710	2.155.919.571	1.025.380.141	41,2%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	555.527.639	762.768.014	912.041.834	1.141.987.739	1.307.822.835	365.830.410	135%
4 - INVESTIMENTOS	292.449.941	142.344.884	210.907.484	105.390.442	262.767.082	13.315.989	-10%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	8.091.800	18.227.369	3.755.152	10.403.300	10.468.118	-	29%
TOTAL	2.383.431.566	2.679.950.260	2.968.028.664	3.312.597.191	3.736.977.607	1.404.526.539	57%

EM R\$

O crescimento da despesa total no período 2007/2011 (considerada a Dotação prevista para o ano) foi de 57%, +R\$ 1,35 bilhão, basicamente destinado à pessoal e custeio. Boa parte desse aumento foi financiada com recursos da FR 15 – FUNDEB, que na realidade são recursos do Tesouro, repassados ao FUNDEB, que retornam ao Estado para aplicação em sua rede escolar, conforme legislação vigente. O gráfico ao lado mostra a distribuição da despesa prevista para 2011 por fonte de financiamento²⁵.

O crescimento das despesas de pessoal é reflexo de uma política de valorização do professor estadual, que desde 2007 vem recebendo reajustes salariais (percentuais discriminados abaixo), bem como outros benefícios (Auxílio-Transporte, Auxílio-qualificação) que tem impacto também nas despesas de custeio:

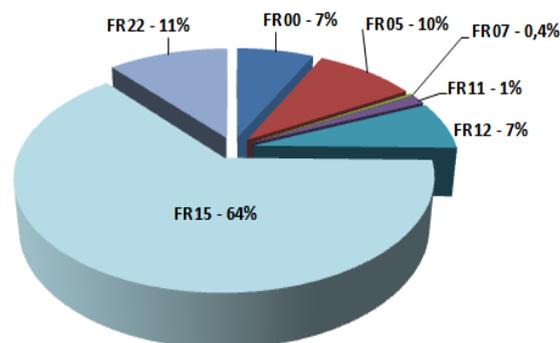
2007: + 4%

2008: + 8%

2009 e 2010: Incorporação do Nova Escola, que representou aumentos anuais de 4,5%.

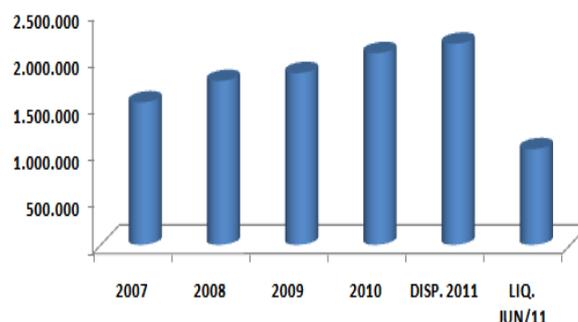
Boa parte de pessoal é custeada com recursos da FR 15 – FUNDEB, que de acordo com a Lei 11.494/07 deve-se destinar uma parcela mínima de 60% destes recursos para a remuneração dos profissionais do magistério da

DISPONÍVEL 2011 - POR FONTE



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

(EM R\$MIL)



²⁵ FR 00 – Recursos Provenientes de Impostos; FR 05 – Salário-Educação; FR 07 – Demais Transferências da União provenientes de impostos; FR 11 – Operações de Crédito; FR 12 – Convênios; FR 15 – FUNDEB; FR 22 – Adicional do ICMS – FECP.

educação básica. A tabela abaixo mostra a aplicação destes recursos por grupo de despesa:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO						
DESPESA LIQUIDADADA - FUNDEB						
FR 15	GD	2007	2008	2009	2010	JUN/2011
FUNDEB	PESSOAL	1.043.353.745	1.441.647.405	1.733.766.745	1.995.231.676	1.003.876.546
	CUSTEIO	85.622	41.544.569	110.435.073	196.562.010	77.305.179
	INVESTIMENTO		27.563.343	52.529.668	23.694.209	7.961.848
		1.043.439.368	1.510.755.317	1.896.731.486	2.215.487.894	1.089.143.574
% APLICADO EM PESSOAL		100%	95%	91%	90%	92%

Conforme se pode observar na primeira tabela, os investimentos decresceram 10% em relação a 2007, compensado fortemente pelo crescimento do custeio (+135%) que mantém as condições de funcionamento das escolas.

A despesa prevista para este ano é de R\$ 273,23 milhões, dos quais já foram liquidados R\$ 13,31 milhões. Desse montante, R\$ 8,73 milhões destinaram-se às obras de reforma e reparos em diversas unidades escolares de diversos municípios tais como: Petrópolis, Nova Iguaçu, Niterói e outros. Dos R\$ 4,58 milhões restantes, boa parte foi gasto com aquisição mobiliário escolar.

Para atender a meta estabelecida no Planejamento Estratégico, que pretende colocar as 1.457 unidades escolares em boas condições, a SEEDUC, em parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado (EMOP), preparou um levantamento com as necessidades estruturais de cada unidade. Com o mapeamento, foi possível conhecer as áreas onde há a necessidade de construção de escolas ou de reformas nas que já existem. Foram avaliados 23 itens, a pesquisa apontou:

- 7% dos colégios estaduais têm prédios em ótimas condições;
- 31% em boas condições; 39% em situação regular;
- 22% apresentaram a infraestrutura ruim e 1% péssima.

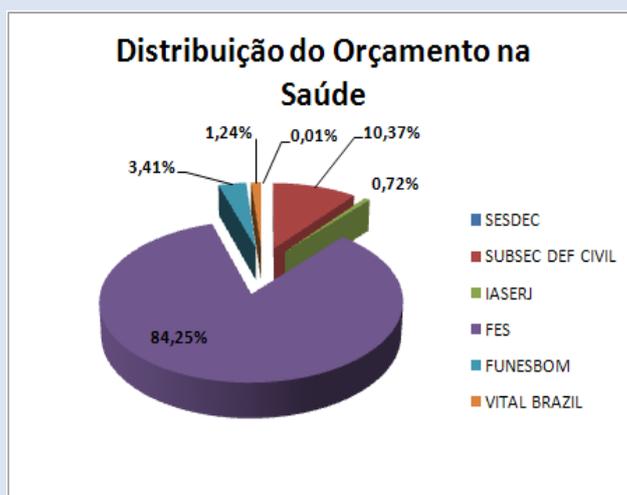
Até 2012 a SEEDUC pretende regularizar a situação das escolas que estão classificadas como ruins ou péssimas.

O conjunto de medidas em implantação vem sendo construído em bases sustentáveis a fim de garantir a melhoria dos serviços educacionais prestados no longo prazo.

BOX 04 – Aplicação de Recursos na área da Saúde

As ações da área de saúde do Estado do Rio de Janeiro são desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde Defesa Civil (SESDEC) e por suas unidades orçamentárias vinculadas: Subsecretaria de Defesa Civil, IASERJ Instituto de Assistência dos Servidores do Estado RJ, FES - Fundo Estadual de Saúde, FUNESBOM - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros e Instituto Vital Brazil SA.

O Fundo Estadual de Saúde – FES é o principal executor, com orçamento de R\$ 3,96 bilhões, 84,2% do total destinado à área (R\$ 4,70 bilhões). Cabe ao FES executar a política de saúde no âmbito do ERJ, sendo responsável, também, pela transferência de recursos para manutenção de outras unidades, cuja gestão é compartilhada. O gráfico apresenta a distribuição do orçamento entre as unidades da área da saúde.



Dentre as despesas realizadas, neste primeiro semestre, aí incluídas todas as Fontes de Recursos, destacam-se a manutenção e construção de novas UPAs - Unidades de Pronto Atendimento (R\$ 57,33 milhões) e o Projeto Rio Imagem (R\$ 16,52 milhões).

As UPAs foram criadas para desafogar as emergências dos grandes hospitais, que se mantinham constantemente lotadas por receberem pacientes que poderiam ser encaminhados para serviços de pronto-atendimento. Em 2007, com a abertura da primeira UPA no Complexo da Maré, foi criado um novo conceito na área de saúde. As unidades são estruturadas para atender a casos de urgência de baixa e média complexidade.

DESPESAS JAN-JUN/2011 (MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UPAs)

AÇÃO	DESPESAS	VALOR
2037 - ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR FIXA	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS	48.248.742
1032 - IMPLANTAÇÃO DE UPAs 24 HORAS	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MODULARES PARA CONSTRUÇÃO DAS UPAs: MESQUITA, NILÓPOLIS, ITAPERUNA, CABOFRIO II, ITABORAI, RESENDE E MACAÉ.	9.082.309
TOTAL		57.331.051

Até o mês de junho já estão em funcionamento 40 UPAs espalhadas por diversos municípios e pelos bairros da cidade do Rio: Complexo da Maré, Irajá, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Belford Roxo, Tijuca, Duque de Caxias, Ricardo de Albuquerque, Botafogo, Cabuçu, Marechal Hermes, Vila Sarapuú, Ilha do Governador, Barra Mansa, Jacarepaguá, Penha, Campo Grande, Realengo, Engenho Novo, Volta Redonda, Manguinhos, Três Rios, Queimados, São Gonçalo, Rocinha, Teresópolis, Cabo Frio, Alemão, Macaé, Araruama, Niterói, Nova

Friburgo, Angra dos Reis, Itaguaí, Campos dos Goytacazes, São João do Meriti, Nova Iguaçu II, Petrópolis I, Rio Bonito e Petrópolis II.

No âmbito do Projeto **Rio Imagem**, a construção do CDPI – Centro de Diagnóstico por Imagem, na Central do Brasil, que teve início em 2009 tem previsão de inauguração para o segundo semestre deste ano (Tabela ao lado). O CDPI vai oferecer à população serviços gratuitos de tomografia, ressonância magnética, bem como outros exames e procedimentos já disponíveis na rede estadual com o objetivo de atender a demanda reprimida hoje existente e ampliar a oferta. A expectativa é realizar 800 exames diariamente, reduzindo a fila de espera.

Além do CDPI, são disponibilizados serviços de Tomografia e Ressonância Magnética Móvel, a fim de atender a demanda de municípios nos quais estes serviços não estão disponíveis ou são insuficientes, possibilitando um diagnóstico preciso e rápido, além de permitir um tratamento mais adequado.

A carreta do Projeto Rio Imagem já passou por Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Campo dos Goytacazes, município do Rio de Janeiro (Cinelândia) e Araruama, beneficiando, ainda, os moradores das cidades vizinhas. Desde agosto de 2010, quando foi inaugurado, o serviço já realizou 6.152 exames. O serviço de Ressonância Magnética Móvel tem capacidade de realizar 35 exames por dia.

A despesa total na área da saúde vem crescendo de forma ascendente, no primeiro semestre deste ano já foram gastos R\$ 1,18 bilhão, 7,36% a mais do que o gasto do mesmo período de 2010. Além das ações destacadas neste Box, os órgãos vêm dando continuidade à manutenção dos serviços para melhoria no atendimento dos hospitais e na qualidade de vida da população.

**CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM**

EXERCÍCIO	VALOR
2009	7.507.109
2010	6.412.819
2011	5.740.874
TOTAL	19.660.802

AÇÃO	DESPESAS	VALOR
2050 - RIO IMAGEM	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIAGNÓSTICO (TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA)	9.060.761
	AQUISIÇÃO DE 04 VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO CAMINHÃO TRATOR, UTILIZADO PARA REBOCAREM AS CARRETAS.	1.720.000
TOTAL		10.780.761

BOX 05 – Evolução das Despesas com Aluguel Social e Indenizações

Este Box apresenta a evolução dos gastos com benefícios assistenciais destinados a atender a população residente em áreas de risco (Programa Morar Seguro), atingidas por calamidade pública ou por programas de intervenção urbanística (PAC). Os Decretos 41.148/2008, 41.395/2008 e 42.206/2010 prevêm a concessão destes benefícios.

Pelo PAC ou em situações de emergência, os moradores beneficiados, poderão receber Indenização; Benfeitorias referentes à parte atingida do imóvel; Aluguel Provisório no valor de R\$ 250,00 pago até a conclusão de nova moradia; ou Ajuda Moradia, no valor de R\$ 250,00 pagos por 3 meses, nos casos em que a unidade atingida é alugada.

Já no âmbito do Programa Morar Seguro, podem optar por receber Indenização ou Aluguel Social, no valor de R\$ 500,00 até o recebimento de uma nova moradia.

O cadastramento e o pagamento do Aluguel Social são realizados em parceria com os Municípios afetados, devendo o ente municipal apresentar a demanda e acompanhar mensalmente as condições sociais das famílias beneficiárias, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município.

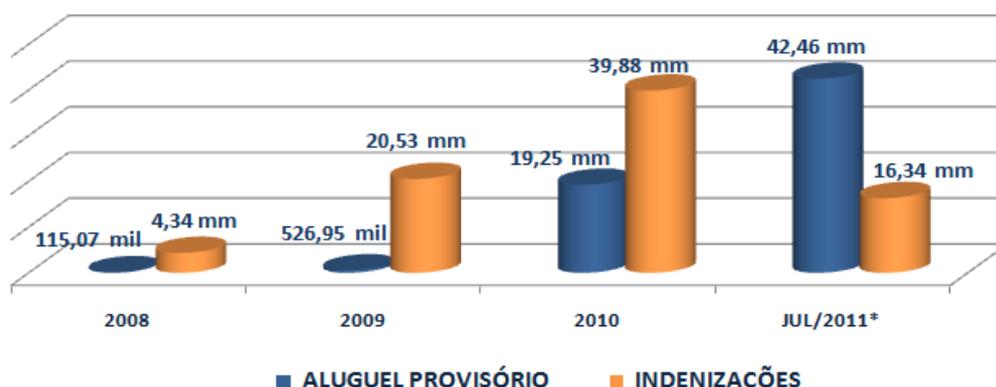
As despesas destinadas ao pagamento de aluguel provisório e indenizações relacionadas ao PAC, que prevêm intervenções urbanísticas, são executadas pelas Secretarias de Obras e Meio Ambiente (FECAM). As despesas relacionadas à realocação de moradores em áreas de risco correm por conta da Secretaria de Habitação e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (Programa Morar Seguro).

Até 2010 todas estas despesas foram cobertas com recursos do Tesouro. Em 2011, uma parcela do aluguel social destinada às vítimas da Região Serrana foi financiada com recursos provenientes de convênio com o Ministério da Integração Nacional (FR 12).

Ao longo do período 2008-2011, essas despesas destinaram-se aos moradores das áreas de intervenção do PAC (Comunidades Rocinha, Alemão, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, PAC Iguaçu), bem como moradores de áreas atingidas pelas chuvas de verão, Niterói, São Gonçalo, Bom Jesus de Itabapoana e Volta Redonda.

Os gastos com aluguel social passaram de R\$ 115 mil em 2008 para R\$ 19,25 milhões em 2010. E até o mês de julho deste ano, já atinge R\$ 42,46 milhões. As despesas destinadas ao pagamento de indenizações cresceram R\$ 35 milhões no período 2008-2010, conforme gráfico abaixo.

Evolução das Despesas com Aluguel Social / Indenizações



* Desp. Empenhada até Jul/2011.

A tabela abaixo detalha as despesas com aluguel provisório por área beneficiada. Observa-se que a maior parcela destina-se aos moradores da Região Serrana (cobertas com recursos de convênios) e de Niterói e São Gonçalo (cobertas com recursos do Tesouro).

	LIQ. 2008	LIQ. 2009	LIQ. 2010	JUL/2011		
				EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
TOTAL ALUGUEL PROVISÓRIO	115.075	526.950	19.253.260	42.463.718	20.628.739	7.182.810
PAC COMPLEXOS	58.575	102.225	61.740	5.821.525	4.842.850	913.250
PAC IGUAÇÚ	15.050		1.658.775	848.500	643.275	474.400
OBRAS CENTRO DA CIDADE				182.752	165.250	165.250
ÁREA DE RISCO	41.450	424.725	17.532.745	35.610.941	14.977.364	5.629.910
MORRO DO PREVENTÓRIO / NITERÓI / SÃO GONÇALO	17.250		15.882.000	13.822.780	9.280.804	-
MANGUINHOS + ALEMÃO			1.045.300	777.600	660.000	596.400
MUNICÍPIOS (BARRA DO PIRAI/ITABAPOANA / VOLTA REDONDA / D. CAXIAS/OUTROS/ REGIÃO SERRANA)	24.200	424.725	605.445	21.010.561	5.036.560	5.033.510
TOTAL INDENIZAÇÕES + COMPRA ASSISTIDA	4.344.881	20.537.045	39.882.339	16.343.004	16.343.004	15.739.684
DESPESAS TOTAIS	4.459.956	21.063.995	59.135.599	58.806.722	36.971.743	22.922.494

O Decreto nº 43.901 de julho de 2011, regulamentou os procedimentos para concessão do aluguel social. A partir desta data o aluguel social será concedido pelo período de 12 meses, prorrogáveis por igual período, quando comprovada a real necessidade do seu pagamento.

Em que pese as intempéries e os trâmites burocráticos que se inserem nas situações, ainda que de emergência, o Estado tem procurado garantir ao cidadão o direito constitucional à moradia. O Programa Morar Seguro é uma das metas prioritárias do Governo que irá minimizar os custos associados às situações de calamidade.

V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

A Cota Financeira de cada Unidade Gestora (UG), em consonância com o orçamento, é determinada para o exercício e, ao longo do ano, os valores vão sendo liberados aos órgãos.

Contudo, além da liberação normal, durante o ano, pode haver acréscimo no montante total da Cota Financeira, como ocorreu no 3º bimestre deste ano, onde o valor da CF aumentou R\$ 242 milhões em relação ao valor que estava sendo liberado para o ano até o 2º bimestre. Desse valor, R\$ 64 milhões foram liberados para as despesas abarcadas por Fontes de Recursos (FR) do Tesouro, e R\$ 178 milhões para gastos suportados pelas Demais Fontes.

Até o mês de junho, dos R\$ 3,46 bilhões de Cota liberada, 63% foram pertinentes à parcela destinada as FR do Tesouro, e 37% às Demais Fontes, como ilustra a Tabela 21.

Os números disponibilizados na Tabela 21 também mostram que os recursos empenhados pelos Órgãos nas FR's do Tesouro (R\$ 2,9 bilhões) foram superiores as Outras FR (R\$ 1,5 bilhões). Esta tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro, em detrimento dos recursos próprios e/ou vinculados é evidenciada na comparação do percentual da Cota empregada pertinente a cada fonte. Isto porque, 97% da Cota Financeira liberada, referente à FR do Tesouro, foram convertidos em Programações de Desembolso (PD), enquanto apenas 57% da parcela liberada nas Demais Fontes foi convertida em PD's.

Como informado em edições anteriores, as áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) continuam céleres na execução da parcela da cota financeira suportada com FR do Tesouro (Tabela 22). No 3º bimestre, esses órgãos converteram 99,7% da parcela da cota liberada em PD.

Gráfico 1

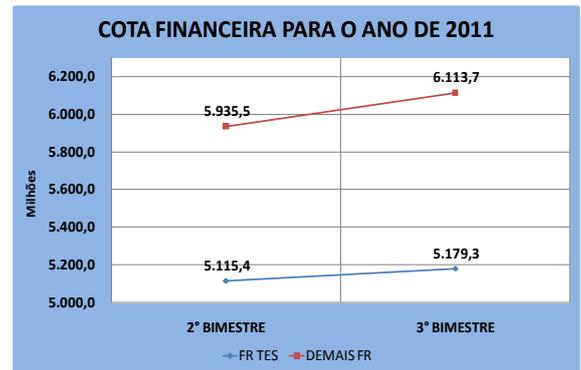


Tabela 21

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2010

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	2.945.808	2.303.225	2.172.430	2.096.594	1.782.291
FR - Outras	1.551.278	763.216	1.290.238	729.813	701.345
Total geral	4.497.085	3.066.440	3.462.668	2.826.407	2.483.636

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até Jun./2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	78%	106%	91%	97%	85%
FR - Outros	49%	59%	96%	57%	96%
Total geral	68%	89%	92%	82%	88%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até Jun./2011

Tabela 22

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2011 POR ÁREAS FR TESOURO

FR	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	233.786	180.132	168.728	168.139	147.922
SAÚDE	746.893	623.316	571.274	571.135	443.921
SEGURANÇA	266.110	206.191	192.702	191.433	174.452
DEMAIS ÁREAS	1.699.019	1.293.587	1.239.726	1.165.886	1.015.997
TOTAL GERAL	2.945.808	2.303.225	2.172.430	2.096.594	1.782.291

Fonte: SIG e SATE

Obs.: Posição acumulada até junho/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	77,05%	106,76%	93,34%	99,65%	87,98%
SAÚDE	83,45%	109,11%	91,63%	99,98%	77,73%
SEGURANÇA	77,48%	107,00%	92,84%	99,34%	91,13%
DEMAIS ÁREAS	76,14%	104,34%	90,13%	94,04%	87,14%
TOTAL GERAL	78,19%	106,02%	91,03%	96,51%	85,01%

Fonte: SIG e SATE

Obs.: Posição acumulada até abril/2011

O Tesouro do Estado, por sua vez, adimpliu 86% das PD's emitidas pelos órgãos das áreas prioritárias, com destaque para a Segurança, com 91,1% quitado.

Ressalte-se que, até o mês de junho, 82% da parcela Cota Financeira liberada, suportada com recursos do Tesouro, foi adimplida (R\$ 1,78 bilhão). Este percentual ratifica o compromisso do Tesouro Estadual em manter a celeridade na execução dos pagamentos. Cabe destacar, ainda, que dos 18% não pagos, 3,5% sequer teve a PD emitida por parte dos Órgãos e, portanto, não encontravam-se aptas para pagamento (Gráfico 2).

V.2 Pagamento de PD's

No 3º bimestre de 2011, a Secretaria de Estado de Fazenda aumentou o prazo médio de pagamento de 16 dias (2º bimestre) para 25 dias (3º bimestre), sendo 25 dias para as áreas prioritárias e 26 para as áreas não prioritárias (Tabela 23). Esse alongamento no prazo médio de pagamento é consequência de uma administração cautelosa do caixa do Estado. No entanto, mesmo diante desse aumento de prazo na execução dos pagamentos, a Secretaria vem, em média, adimplindo as PD's em menos de 30 dias.

A despeito da adoção de uma estratégia mais conservadora na gestão financeira, no 3º bimestre, apurou-se que de cerca de 11 mil PD's emitidas, o Tesouro saldou 7.416 PD's (68%) em até 30 dias (Gráfico 3), sendo que apenas 283 (2,6%) foram pagas após 40 dias.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A expectativa inflacionária para o ano de 2011, acima da meta do Banco Central, levou o Comitê de Política

Gráfico 2

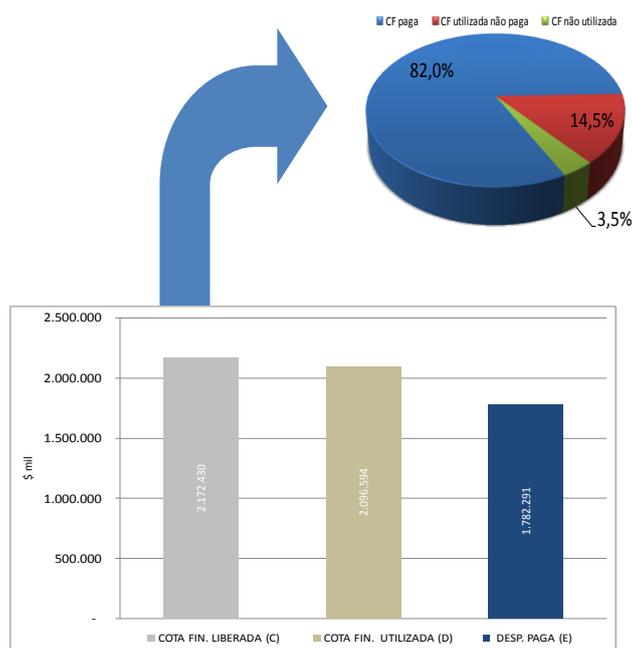


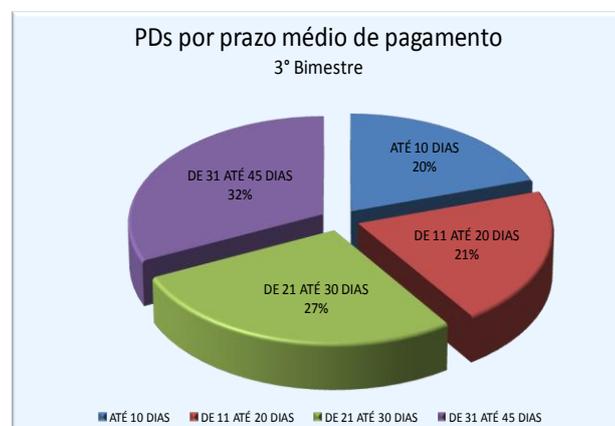
Tabela 23

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
3º BIMESTRE DE 2011

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	25
NÃO PRIORITÁRIAS	26
MÉDIA GERAL	25

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 3



Monetária (COPOM), na 159ª²⁶ reunião, a elevar a taxa Selic em 0,25 pontos percentuais, passando a vigorar a taxa de 12,25% a.a.

Assim, o aumento da taxa Selic, conciliada a outros fatores, e.g. disponibilidade financeira do período e alocação dos recursos em fundos com melhores rentabilidades, acarretaram no aumento de 28% da receita financeira do 3º bimestre, quando comparado ao 2º bimestre de 2011 e de 12%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Esse bom desempenho advém do constante esforço do Tesouro Estadual de otimizar os recursos sob sua administração, por meio da manutenção da política de investimento em fundos exclusivos (criados especialmente para o Estado), que possuem uma rentabilidade maior que a de outros fundos. Tais fundos obtiveram em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI), nosso benchmark Tesouro).

Após a realização da quarta elevação da taxa de juros básica no ano, e alguns indicadores econômicos apresentarem uma provável desaceleração da economia, a curva de juros foi ajustada, projetando uma taxa de juros de 12,75% a.a. para o final do 2011.

Como consequência, espera-se que a rentabilidade dos fundos se mantenha elevada até o final do ano. Todavia, esse aumento, por si só, não garante o aumento da receita financeira, já que outros fatores influenciam no rendimento dos fundos, como por exemplo, a disponibilidade em caixa.

Gráfico 4

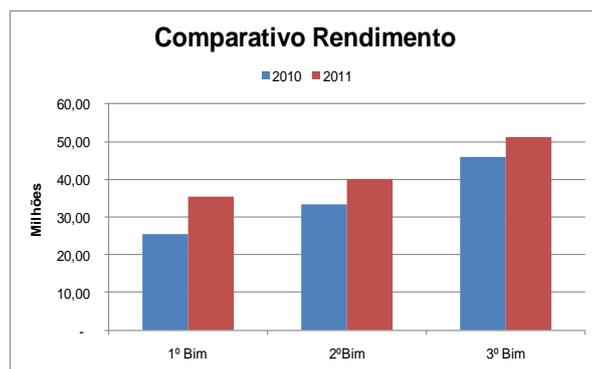
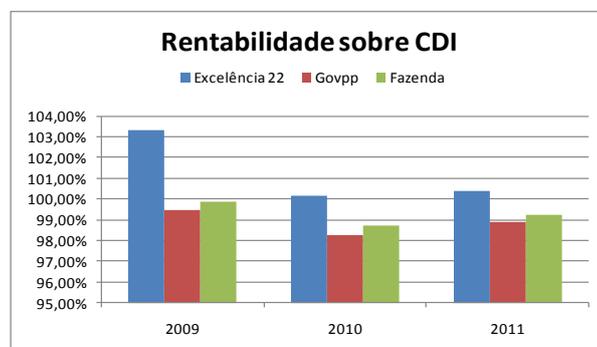


Gráfico 5



²⁶ Reunião realizada nos dias 6 e 7 de junho de 2011.

BOX 06 – REFIS PASEP

Conforme abordado em edições anteriores, a atual gestão do Governo vem buscando o saneamento de suas contas, inclusive no tocante ao débito que possui junto à Receita Federal do Brasil (RFB), proveniente da ausência de recolhimento do tributo referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Assim, com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e, ainda, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009, o Estado do Rio de Janeiro ingressou no REFIS facultado pela referida lei, com a finalidade de possibilitar o parcelamento do débito supracitado.

No entanto, cabe esclarecer que, em consonância com o diploma legal acima citado, o referido REFIS é composto por duas fases, sendo a primeira constituída pela oportunidade de adesão ao parcelamento e, a outra, pela consolidação do débito a ser quitado.

Dessa forma, em cumprimento à 1ª fase do REFIS, em meados de novembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro apresentou requerimento de adesão ao referido parcelamento junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. E, ainda, em fevereiro de 2010, a Procuradoria Geral do Estado procedeu à desistência dos recursos judiciais e administrativos vinculados aos débitos abarcados pelo REFIS.

Com o fito de dar prosseguimento à 2ª fase do parcelamento, em 29 de abril do corrente ano, foi publicada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, regulamentando a fase da consolidação. Assim, em 29 de junho de 2011, o Estado indicou os débitos que integram o REFIS, bem como definiu que os valores devidos serão quitados em 180 (cento e oitenta) parcelas.

Nesse contexto, vale informar que, a título de PASEP, o Estado vem efetuando mensalmente, o pagamento, em média, da quantia de R\$ 5,258 milhões, uma vez que incide correção mensal.

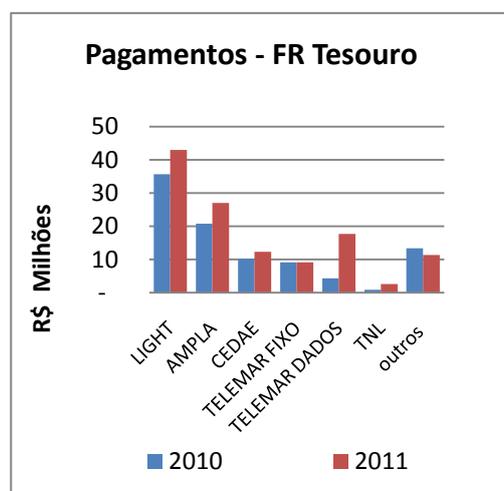
Diante do exposto, não restam dúvidas que o Estado está despendendo todos os esforços necessários para saldar as dívidas herdadas das gestões passadas, tentando identificar oportunidades, tal como a facultada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que possibilitou a quitação de débito referente ao PASEP de forma mais benéfica ao erário público.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a julho de 2011, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 126 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos e entidades estaduais. Na comparação deste valores com os do exercício anterior, verifica-se que esse montante superou em 30% o dispêndio efetuado no mesmo período em 2010. Este acréscimo resulta, principalmente, da maior celeridade na quitação das despesas com transmissão de dados.

No tocante a dotação orçamentária, para o exercício de 2011, foram disponibilizados R\$ 303 milhões no Programa de Trabalho específico para despesas com

Gráfico 6



Concessionárias de Serviços Públicos ²⁷, tendo sido empenhado 58%, ou seja, R\$ 175 milhões, até julho de 2011.

O Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC²⁸, criado com a finalidade de concentrar a execução orçamentária e financeira das despesas com serviços públicos essenciais em uma unidade gestora, colaborou significativamente para maior controle, celeridade e transparência no adimplemento das obrigações com serviços públicos. Ressalte-se que três importantes concessionárias que aderiram ao SIPC recentemente, quais sejam: CEDAE, TIM e Intelig, foram motivadas principalmente pelos benefícios verificados com relação à eficiência e celeridade no adimplemento das obrigações pela sistemática de pagamento centralizado. Com a implantação operacional dos procedimentos necessários para execução das despesas com os serviços destas empresas em estágio adiantado, estima-se que o SIPC passará a executar cerca de 80% de todas as despesas com serviços públicos, honradas com Fontes de Recursos do Tesouro. Não obstante os bons resultados alcançados, existem algumas empresas que ainda não aderiram a esta sistemática, como a CEG, Embratel e Empresa Brasileira de Correios e telégrafos.

No primeiro semestre de 2011, o SIPC registrou a soma de R\$ 104 milhões correspondentes ao faturamento das despesas efetuadas pelos órgãos e entidades com as 15 concessionárias abarcadas pelo Sistema. Do montante faturado, foram adimplidos R\$ 87 milhões, ou seja, 83% do total.

Em que pese o adimplemento verificado no SIPC ter se mantido acima de 80%, nos últimos meses, este desempenho está um pouco abaixo do esperado. Neste sentido, um fator relevante a se observar é a recente inclusão do faturamento da CEDAE na sistemática de

²⁷ Para despesas honradas com Fontes de Recursos do Tesouro

²⁸ O SIPC foi criado por meio do Decreto nº 35.670/2004.

pagamento por meio do SIPC. Devido à conciliação das despesas envolverem a verificação de muitas instalações, os órgãos estão em fase de adequação. Assim, é de suma importância a interação destes órgãos com a concessionária e a Coordenação de Pagamento de Concessionárias a fim de se evitar atraso no ateste das despesas e, por conseguinte, atraso no adimplemento das obrigações.

Em relação à evolução da execução orçamentária das despesas abarcadas pelo SIPC, os órgãos estão disponibilizando o orçamento de acordo com o recebimento das faturas, tendo sido empenhado, até o presente momento, 95% do valor faturado.

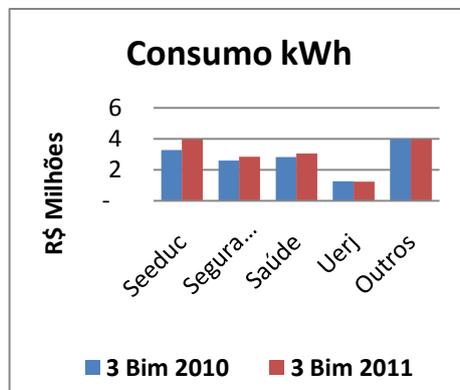
Tabela 24

SIPC - Acompanhamento Execução Orçamentária 2011					
Órgãos	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago	% pg x fat
LIGHT	47.351	47.513	43.168	42.176	89%
AMPLA	26.735	29.438	27.444	26.460	99%
CEDAE	14.294	6.879	4.858	4.858	34%
TELEMAR	7.354	6.465	6.075	5.919	80%
AGUAS DE NITEROI S.A.	3.288	3.331	2.854	2.854	87%
AGUAS DO PARAIBA S/A	2.300	1.959	1.957	1.957	85%
TIM CELULAR S/A	110	155	55	55	50%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	403	403	403	403	100%
CONC AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	531	586	525	511	96%
SAAE BARRA MANSA	304	287	287	283	93%
ENERGISA NOVA FRIBURGO	261	260	261	261	100%
PROLAGOS	276	276	276	276	100%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	243	244	243	243	100%
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	262	266	262	262	100%
SAAE VOLTA REDONDA	101	101	101	84	83%
TOTAL	103.814	98.162	88.767	86.601	83%

V.4.1 Características de Consumo

No que tange ao fornecimento de energia elétrica (Light e Ampla), ao compararmos o consumo em kWh do terceiro bimestre de 2011, com o mesmo período do exercício anterior, constata-se um aumento de 8% no consumo total dos órgãos. Esta elevação no consumo se deve, em grande parte, ao aumento de 21% no consumo da Secretaria de Educação, efeito do crescimento de demanda das escolas que já foram climatizadas²⁹. Cabe

Gráfico 7



²⁹ O projeto de climatização inclui a instalação de aparelhos de ar condicionado nas unidades escolares.

destacar-se que nas áreas de Saúde e Segurança o aumento no consumo foi menor, 8% e 9%, respectivamente.

Para instalação com consumo na classe “Alta Tensão” a concessionária disponibiliza, além do consumo em kWh, uma demanda de potência ativa de acordo com parâmetros definidos por meio de contratos firmados para cada instalação³⁰.

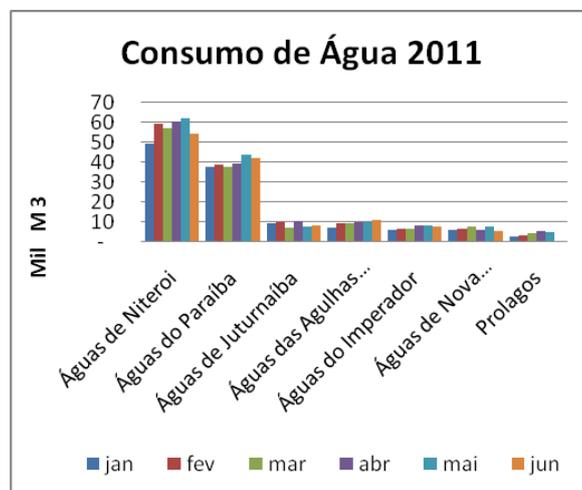
Pontue-se que a cobrança do fornecimento de potência ativada é calculada sobre o valor da demanda utilizada, sendo cobrado o valor contratado mesmo que o consumo seja inferior. Por outro lado, se houver consumo acima do contratado, o valor de consumo excedente será calculado utilizando-se duas vezes o valor da tarifa.

O estudo do faturamento da demanda de alta tensão demonstra que, no terceiro bimestre de 2011, os gastos totalizaram R\$ 9,3 milhões, sendo R\$ 7,3 milhões de demanda contratada e R\$ 2 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de telefonia, fixa e móvel, após a licitação realizada em dezembro de 2010, as operadoras contratadas, Intelig e TIM, estão providenciando a migração para a nova rede. Especificamente em relação à telefonia fixa, devido ao período de transição, a Telemar ainda está responsável por parte dos serviços, e, até o presente momento, foram adimplidas 80% das obrigações com a Telemar, representando o montante de R\$ 6 milhões. Salienta-se que até o término da migração os serviços serão prestados pelas quatro operadoras: Telemar, TNL, Intelig e TIM.

Quanto ao consumo de água tratada, visando permitir maior exatidão na conciliação e o acompanhamento mais abrangente, oito concessionárias, incluindo a CEDAE, estão disponibilizando regularmente os dados técnicos à Coordenação de Pagamento de Concessionárias. Pontue-

Gráfico 8



³⁰ Contrato firmado entre o órgão responsável pela instalação e a concessionária de energia elétrica.

se que o trabalho de validação do cadastro da CEDAE está evoluindo, e, até de julho de 2011, foram confirmadas a titularidade das instalações de 23 órgãos/entidades, do total de 54 órgãos/entidades.

V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos solicitando informações sobre créditos. Desse montante, após as 5 fases abertas, 994 credores aderiram ao mesmo, totalizando um valor repactuado de aproximadamente R\$ 258,5 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 260 milhões já foram repactuados, conclui-se que 75% do total da dívida foi resolvida por intermédio Programa, dando ao tratamento deste assunto um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

V.5.1 Valores Adimplidos em 2011

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda, com os pagamentos realizados no mês de maio de 2011, que contemplou o pagamento da oitava parcela, para os credores que ingressaram na 1º fase do programa; o pagamento da sétima parcela, para os credores que ingressaram na 2º fase do programa; o pagamento da sexta parcela, para os credores que ingressaram na 3º fase; o pagamento da quinta parcela, para os credores que ingressaram na 4º fase; e o pagamento da primeira parcela, para os credores que ingressaram na 5º fase; o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 15.748.407,36.

Após o pagamento realizado em maio de 2011, o total já adimplido pelo Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, computados os valores das Ofertas Públicas de Recursos, foi de R\$ 158.408.347,93.

Dessa maneira, aproximadamente 62% do montante total renegociado já foi quitado pelo Tesouro Estadual.

Após todos os pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual, cerca de 810 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a aproximadamente 82% do total de adesões.

Cabe salientar, por fim, que dos 810 credores que já tiveram seus créditos quitados integralmente, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em uma única parcela.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios

No 3º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual aproximadamente R\$ 11,5 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado.

Os pagamentos realizados nos meses de maio e junho foram compostos 12 acordos, que foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 61% foram empregados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 39% em obrigações de natureza comum.

Salienta-se que em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da publicação, em 25 de fevereiro de 2010, do Decreto nº 42.315, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque de precatórios em 15 anos.

Gráfico 9

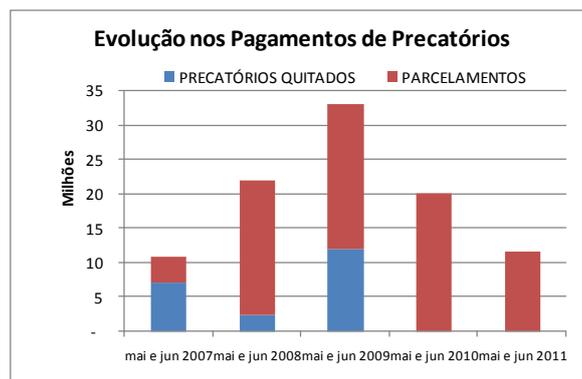
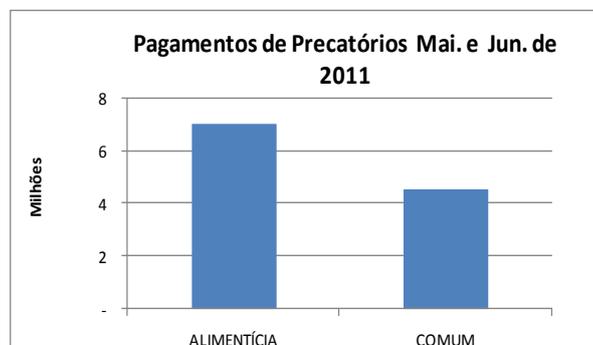


Gráfico 10



De acordo com as regras do regime especial adotado, os recursos financeiros serão transferidos pelo Estado ao Tribunal de Justiça, cabendo a este a organização e execução dos pagamentos.

Assim, no mês de dezembro de 2010, primeiro ano do regime especial, foram transferidos R\$ 175 milhões ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios.

Destacamos que, com os recursos transferidos no ano passado, o Tribunal de Justiça vem realizando os pagamentos, priorizando as preferências estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 62.

Tabela 25

PAGAMENTOS DE RPV - 2011		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MAIO	96	587.318,09
JUNHO	418	7.410.550,59
Total	514	7.997.868,68

Requisições de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de maio e junho deste ano, foram pagas 514 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 7,9 milhões. O aumento expressivo do valor direcionado as RPV's se deu pelo recebimento de 342 requisições judiciais de pagamento, oriundas da ação judicial proposta pela ADEPOL em face do Estado.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao cumprimento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³¹.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foi desembolsado, no 3º bimestre de 2011, o montante de R\$ 19,4 milhões.

³¹ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

Cabe lembrar que, em conformidade com a nova sistemática definida na EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios serão realizados pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro, atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda e as requisições judiciais de pequeno valor, conforme orientação da PGE.

V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 632 milhões com o serviço da dívida³², no 3º bimestre de 2011, valor 14% inferior ao pago no bimestre anterior. Essa variação foi influenciada pela redução do serviço da dívida extralimite, que foi 71% menor que a do 2º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa ocorridos no bimestre anterior. No 3º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 591 milhões, resultando, assim, na incorporação de resíduo de R\$ 12,3 milhões pela aplicação do teto de 13% da RLR.

O pagamento da dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual³³, teve um decréscimo de 86% em relação ao bimestre anterior, totalizando nos meses de maio e junho R\$ 368 mil. Esse montante representa, apenas, 0,06% do montante pago no período.

Gráfico 11



³² Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³³ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 26

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2º bim 2011			3º bim 2011			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	300.768	434.431	735.199	235.151	396.609	631.760	-14%
INTRALIMITE	210.127	384.162	594.289	208.373	382.804	591.177	-1%
EXTRALIMITE	90.641	50.270	140.910	26.778	13.805	40.583	-71%
INTERNA	28.896	26.372	55.267	26.778	13.805	40.583	-27%
EXTERNA	61.745	23.898	85.643	-	0	0	-100%
ADM. INDIRETA HONRADA**	1.745	856	2.601	294	74	368	-86%
TOTAL	302.513	435.287	737.800	235.445	396.683	632.128	-14%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	219.229	384.162	603.391	220.707	382.804	603.510	0%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	210.127	384.162	594.289	208.373	382.804	591.177	-1%
Diferença incorporada no resíduo	9.102	-	9.102	12.333,7	-	12.334	36%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

** O valor devido à REFER pela CENTRAL foi excluído da dívida financeira em virtude de não compor a dívida consolidada

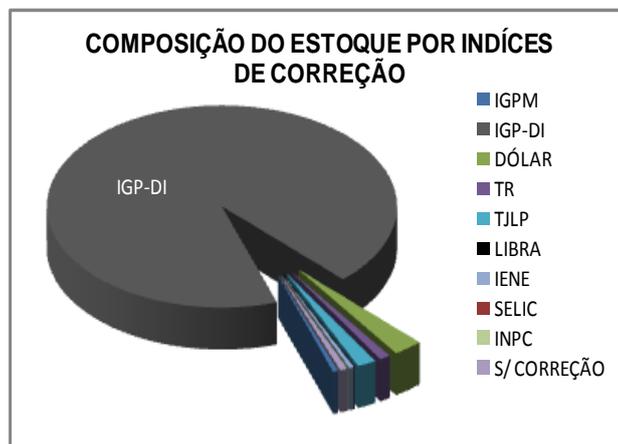
Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Gráfico 12

Nos meses de maio e junho deste ano, o estoque³⁴ da Dívida Financeira alcançou R\$ 59,22 bilhões, 0,47% maior que o bimestre anterior, explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna corrigida pelo IGP-DI³⁵.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,09% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,82 bilhão, ou seja, 0,28% inferior ao 2º bimestre de 2011, decorrente da valorização do real frente ao dólar³⁶.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e



³⁴ Excluído o valor referente à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL - e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER.

³⁵ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 92,91% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 0,05% e um crescimento de 0,48%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º bimestre fechou em 0,51% (IGP-DI de abr/11 e mai/11) e nos últimos 12 meses (de jun/10 a mai/11) em 10,86%.

³⁶ A cotação do dólar (venda) do dia 30/06/2011 foi de 1,5611; e a do dia 30/04/2011 foi de 1,5733.

o Estado do Rio de Janeiro, apresentou pequena variação em relação 2º bimestre de 2011. A relação subiu de 2,04 para 2,07³⁷.

Tabela 27

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2011			
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	58.944.329,56	59.218.974,31	0,47%
INTERNA	57.075.865,41	57.356.152,03	0,49%
Dívida com a União	57.075.865,41	57.356.152,03	0,49%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.822.504,63	1.817.396,63	-0,28%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.820.065,46	1.814.990,85	-0,28%
Mobiliária	2.439,17	2.405,78	-1,37%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	45.959,51	45.425,65	-1,16%
DÍVIDA FINANCEIRA	58.944.329,56	59.218.974,31	0,47%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	28.939.339,07	28.552.905,82	-1,34%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,04	2,07	1,83%

Valores a preços correntes

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 97,77% do estoque. Desse montante 96,61% estão vinculados a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6%. Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo, que representam 5,38% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,11% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁸. Nos dez exercícios seguintes, os vencimentos permanecerão estáveis, dado que houve a substituição do pagamento, limitado a 13% da RLR, pela aplicação do Sistema Price de amortização.

Tabela 28

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	319.967	0,55%	0,54%
2,1 - 4	340.246	0,59%	0,57%
4,1 - 6	55.934.771	96,61%	94,45%
acima de 6,1	1.303.865	2,25%	2,20%
Subtotal	57.898.849	100,00%	97,77%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	829.621	62,84%	1,40%
4,1 - 6	490.504	37,16%	0,83%
Subtotal	1.320.125	100,00%	2,23%
Total	59.218.974		100,00%

³⁷ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,51.

³⁸ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2011 à 2013, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassaram, ao longo dos anos, o patamar de 3,1%.

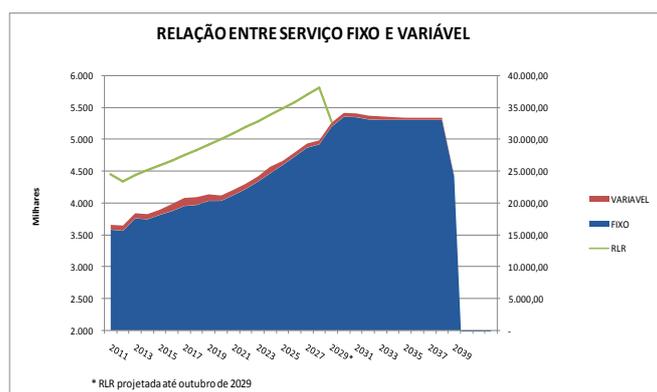
Em relação ao prazo médio de amortização³⁹ e ao prazo médio de repactuação⁴⁰, estes atingiram 11,65 anos e 11,10 anos, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 66,3 milhões da receita pertinente a operações de créditos, no 3º bimestre de 2011. Desse montante, R\$ 9,5 milhões, foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 1,9 milhões, foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$100 mil, foram para o Programa de Modernização da Administração Estadual I – PMAE I (recursos provenientes do BNDES); R\$ 47,5 milhões, foram para o Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$545,8 mil, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do Banco Mundial); R\$ 6,3 milhões⁴¹, para Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do Banco Mundial); e, R\$ 488 mil, destinados ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do Banco Mundial).

Além das internalizações ocorridas no bimestre, o BIRD realizou desembolsos no exterior destinados ao Programa Estadual de Transportes II, para a compra de um trem elétrico, que integrará o sistema ferroviário estadual, no montante de US\$ 16,5 milhões⁴².

Gráfico 13



³⁹ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

⁴⁰ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

⁴¹ Valor contabilizado no mês de junho/2011 como receita de Transferências de Organismos Internacionais, e será reclassificado em julho/2011 para Receita de Operação de Crédito.

⁴² Valor será contabilizado no mês de Julho/2011.

Tabela 29
**Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro**

Data: 30.06.2011

Valores em R\$ mil

	2011		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	83.977,01	764.041,78	1.344.051,81
Operações contratadas com o SFN	75.024,18	577.995,27	949.995,27
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	9.462,77	12.153,14	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	100,00	927,32	927,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	186.000,00	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	10.842,01	121.714,70	121.714,70
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	1.216,47	7.176,52	7.176,52
7. CAIXA PAC	53.402,92	250.023,60	250.023,60
Demais	8.952,83	186.046,51	394.056,54
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	1.151,09	156.503,66	286.855,51
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	6.317,74	9.756,59	50.852,55
3. BID - PROFAZ (profisco)	1.406,05	11.692,39	27.270,93
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	77,96	8.093,86	29.077,54
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	327.963,96	978.552,73
1. VIALIGHT	-	29.569,00	259.138,33
2. PRODETUR	-	42.563,63	186.614,40
3. SAUDE/HRB	-	65.831,33	132.800,00
4. MARACANÃ_COPA2014-BNDES	-	190.000,00	400.000,00
5. DPL II_PROHDUMS - BIRD	-	808.107,00	808.107,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	3.836.391,54	6.316.318,48
Total	83.977,01	4.928.397,28	8.638.923,02

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2011

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴³

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2011, com 711 Convênios de Despesa e 446 Convênios de Receita vigentes⁴⁴.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa

⁴³ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁴ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

Somando Forças⁴⁵, já na esfera dos Convênios de Receita o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴⁶, engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 158 convênios, beneficiando 82 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 551 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste 3º bimestre, foram empenhados aproximadamente, R\$ 26 milhões, liquidados R\$ 26 milhões e pagos R\$ 31 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 553 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 141 milhões, liquidados R\$ 141 milhões e pagos R\$ 146 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2011, o total de 75 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Dessa importância, R\$ 1,5 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Do valor pertinente a contrapartida do Estado, até o 3º bimestre de 2011, foi repassado em torno de R\$ 1 bilhão. Desse total, 74% destinaram-se à área de Habitação e aproximadamente 26% à área de Saneamento.

O Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio) da Casa Civil realizou nos dias 26 a 28 de julho o quarto curso de capacitação de municípios em gestão de convênios e gerenciamento de projetos, com vistas a proporcionar instrumentos de gestão efetiva aos municípios aderentes

⁴⁵ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁶ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



ao Programa Estadual de Captação e Gestão de Recursos para Municípios (Pecam).

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 77 já aderiram ao Pecam, que tem como meta orientar as prefeituras para manter a adimplência junto ao Tesouro Nacional, gerenciar a execução de projetos e convênios, diversificar fontes de financiamento e acessar recursos já disponíveis, sobretudo do Governo Federal, em diversas áreas.